

UFRGS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PÓLO DE TRÊS PASSOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONOMICAS
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO
RURAL

ELISE DE MOURA ROSA

INFLUÊNCIA DA POLÍTICA PÚBLICA “PROGRAMA HABITAÇÃO FEDERAL”
NO PROCESSO DE REVALORIZAÇÃO DO RURAL E SUCESSÃO
NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR.
Um estudo de caso no município de Campo Novo/RS.

Três Passos
2011

ELISE DE MOURA ROSA

**INFLUÊNCIA DA POLÍTICA PÚBLICA “PROGRAMA HABITAÇÃO
FEDERAL” NO PROCESSO DE REVALORIZAÇÃO DO RURAL E SUCESSÃO NA
UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR.**

Um estudo de caso no município de Campo Novo/RS

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Pólo de Três Passos, pela Faculdade de Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos
Guilherme Mielitz Netto

Três Passos

2011

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Ciências Econômicas
Pólo de Três Passos/RS
Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova o Trabalho de Conclusão de Curso

**INFLUÊNCIA DA POLÍTICA PÚBLICA “PROGRAMA HABITAÇÃO
FEDERAL” NO PROCESSO DE REVALORIZAÇÃO DO RURAL E SUCESSÃO NA
UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR.
Um estudo de caso no município de Campo Novo/RS**

Elaborado por
Elise de Moura Rosa

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

COMISSÃO EXAMINADORA/BANCA

Prof. Dr. Carlos Guilherme Mielitz Netto - Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva – UFRGS

Profª. Mestranda Fernanda Severo Nichele – UFRGS

Aprovado em Três Passos, 09 de maio de 2011

Dedico esse trabalho às pessoas que estiveram ao meu lado em momentos difíceis e de alegria, principalmente meus filhos, que respeitaram os momentos de estudo, colaborando para que alcançasse os objetivos propostos.

AGRADECIMENTOS

Ao final deste caminho, muitas são as pessoas a quem gostaria de agradecer por terem me ajudado a percorrê-lo, dividindo percalços, descobertas e alegrias.

A meus filhos, Gustavo e Gabriela, que pacientemente buscaram compreender o fato de passarmos finais e finais de semana em casa estudando!

Aos colegas do curso do Plageder, que me forneceram contribuições valiosas para a qualificação deste trabalho e a coordenação do Pólo de Três Passos, que sempre de boa vontade nos orientaram nas dúvidas, atendendo nossas necessidades.

Aos professores, que contribuíram de diversas formas com meu processo de aprendizagem neste percurso.

Aos professores Egon Roque Frohlich, Simone Boch Dorneles e Jalcione Pereira de Almeida pela disponibilidade em participar da banca e pelas contribuições oferecidas.

Aos amigos, colegas de trabalho, alunos e demais pessoas aqui não citadas, mas que participaram de alguma forma deste meu momento;

Um agradecimento mais do que especial ao querido orientador, professor Dr. Mielitz Netto e as tutoras Lilian Bastian, Fernanda Severo Nichele e Chaiene Leal Agne que, desde o início, assumiram comigo o desafio de trilhar por caminhos pouco percorridos, sempre com entusiasmo, dedicação e profissionalismo.

Meu especial obrigado aos entrevistados que com boa vontade contribuíram para esse trabalho.

Estendo meu agradecimento a equipe do escritório municipal da EMATER de Campo Novo que contribuiu sobremaneira com o desenvolvimento desse estudo, através de várias informações acerca do projeto de Habitação Rural desenvolvido em Campo Novo.

A todos dizer que muitas coisas aprendi durante a nossa convivência e que, a partir de agora, seguirão comigo como um legado precioso! Muito Obrigada!

CAMINHO

Era um caminho que de tão velho,
minha filha,
já nem mais sabia aonde ia...

Era um caminho
velhinho,
perdido...

Não havia traços
de passos no dia
em que por acaso o descobri:
pedras e urzes iam cobrindo tudo.

O caminho agonizava, morria
sozinho...

Eu vi...

Porque são os passos que fazem os
caminhos!

(Mário Quintana)

IDENTIFICAÇÃO

Instituição de Ensino/Unidade

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Pólo de Três Passos

Direção do Campus

Diretor Geral: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Departamento/Curso

Departamento de Ciências Econômicas

Curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural

Coordenador: Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Disciplina

Elaboração de Monografia

Aluna

Elise de Moura Rosa

Orientador

Prof. Dr. Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Netto

RESUMO

Nessa primeira década do terceiro milênio, novas concepções acerca do rural e da ruralidade já sedimentadas passam a ser transformadas em ações práticas de melhorias nos espaços rurais, percebendo esse espaço como lócus de relações, de vivência, espaço de um modo de vida que ultrapassa o aspecto econômico até então hegemônico ao meio rural. Esse processo de revalorização do rural traz consigo um repensar das políticas públicas, saindo do seu viés meramente setorial e econômico, abrindo espaço para os serviços sociais buscando atender as necessidades de bens e serviços que tiveram pouco atendimento durante o processo de oferta de tecnologias para o rural. Nesse contexto emerge o programa de habitação que vem atender as necessidades e expressa a concretude de sonhos de uma vida inteira. Assim, no município de Campo Novo/RS, espaço empírico da pesquisa, construiu-se um campo de análise das influências da Política Pública, Habitação Rural, no modo de viver e relacionar e na melhoria da qualidade de vida da população. No presente trabalho são construídas análises sobre o papel das políticas públicas nas melhorias do rural visto a partir da ótica dos beneficiários da Política Pública, Habitação Rural Federal. O meio rural é um espaço dinâmico e multidiverso, composto por sujeitos de direito em busca de políticas que levem em conta as melhorias das condições materiais de vida e o reconhecimento da função social da agricultura familiar. Aqui explanamos que a vinculação mais próxima com o urbano, não significa o fim do rural, também que o acesso a bens e serviços e empregos no interior das áreas rurais e nos seus centros urbanos expressa uma demanda do próprio rural. Então os acessos aos bens constituem os fundamentos indispensáveis para a própria permanência no campo, tais como moradia, eletricidade, internet, redes de abastecimento de água e acesso à terra. O acesso aos diversos serviços já oferecidos no espaço urbano é cada vez mais valorizado e reivindicado, sendo sua presença ou ausência fator que pode interferir na dinâmica demográfica influenciando a permanência ou migração das famílias para outros espaços. Conforme versa VEIGA (2004), é preciso superar a dicotomia entre o rural e o urbano pressupondo que certas funções estruturais sejam somente atributos das cidades, como internet, serviços de saneamento, coleta de lixo, lei de zoneamento, entre outros. Contudo, não devemos perder de vista que existem papéis e funções específicas tanto no meio urbano quanto no meio rural. Entretanto percebe-se a crescente integração entre o rural e o urbano evidenciando que são poucas as funções que hoje diferem o rural do urbano.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Ruralidade; Habitação Rural; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

In this first decade of the third millennium, new conceptions of rurality and rural values accepted are being transformed into practical action for improvements in rural areas, realizing that space as a locus of relationships, experience, area of a way of life that goes beyond the hitherto hegemonic economic aspect to the countryside. This process of upgrading the country brings a rethink of public policy, merely out of his bias and economic sector, creating space for social services trying to meet the needs for goods and services that have little care during the bidding process technologies for countryside. In this context emerges the housing program that is meeting the needs expressed and the concreteness of dreams of a lifetime. Thus, in Campo Novo / RS area of empirical research, has built up a field analysis of the influences of Public Policy, Rural Housing, in order to live and relate to and improve the quality of life. In the present study are constructed analysis of the role of public policies in rural improvements seen from the perspective of the beneficiaries of Public Policy, Rural Housing Service. The countryside is a dynamic and multidiverso, composed of private individuals in pursuit of policies that take into account the improvement of material conditions of life and recognizing the social role of family farming. Here we explain that the link with the nearest city, does not mean the end of the rural as well as access to goods and services and jobs within the rural areas and their urban centers expressed a country's own demand. So the access to goods constitute the indispensable foundations for their own stay in the field, such as housing, electricity, internet, networks of water supply and access to land. Access to various services already offered in the urban space is increasingly valued and demanded, and their presence or absence factor that can affect population dynamics influencing the presence or migration of families to other spaces. As VEIGA (2004) versa, it is necessary to overcome the dichotomy between rural and urban assuming that certain structural features are only attributes of cities, such as Internet services, sanitation, garbage collection, zoning law, among others. However, we must not lose sight that there are specific roles and functions both in urban as in rural areas. However we see the increasing integration between rural and urban evidence that there are few functions that today differ from the rural urban.

Keywords: Public Policy, Rural Policy, Rural Housing, Family Farming

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR REGIÃO (IBGE/2006).....	23
FIGURA 2 - ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR REGIÃO (IBGE/2006).....	23
FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO/RS (IBGE).....	47
FIGURA 4 - CASA VELHA (STR/2004).....	57
FIGURA 5 - CASA NOVA DA FAMÍLIA KNOP (DADOS DE CAMPO, 2010).....	58
FIGURA 6 - CAPACITAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS EM GESTÃO DA PROPRIEDADE (EMATER CAMPO NOVO, 2006).....	62
FIGURA 7 - TARDE DE CAMPO “CAPRICHANDO DA MORADA – FAMILIA WELTER (EMATER).....	63
FIGURA 8 - TARDE DE CAMPO – FAMILIA DRESCH (EMATER CAMPO NOVO, 2009).....	63
FIGURA 9 - TARDE DE CAMPO “CAPRICHANDO A MORADA” (EMATER CAMPO NOVO, 2006).....	67
FIGURA 10 - TARDE DE CAMPO CAPRICHANDO A MORADA (EMATER CAMPO NOVO, 2006).....	67
FIGURA 11 - “CASA VELHA” – SÉRGIO E SILVANA CAVALHEIRO (STR, 2010).....	72
FIGURA 12 - CASA NOVA EM CONSTRUÇÃO (DADOS DE CAMPO, 2010).....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMUCELEIRO: Associação dos Municípios da Região Celeiro

BNH: Banco Nacional de Habitação

CEF: Caixa Econômica Federal

COHAB: Companhia de Habitação

COOPERHAF: Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar

COREDES: Conselhos Regionais de Desenvolvimento

EMATER: Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador

FDS: Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FNHIS: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPMF: Imposto Provisório Sobre Movimentações Financeiras

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MBES: Ministério da Habitação e Bem Estar Social

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MHU: Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente

OGU: Orçamento Geral da União

PIB: Produto Interno Bruto

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

PNH: Política Nacional de Habitação

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SNH: Sistema Nacional de Habitação

SNHIS: Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

STR: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
LISTA DE FIGURAS.....	10
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	11
SUMÁRIO	12
1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	21
2.2 UM BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	21
2.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: IMPORTÂNCIA SOCIAL, CARACTERÍSTICAS E ESTRATÉGIAS.....	24
2.4 A POLÍTICA CREDITÍCIA PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL	26
2.5 A AGRICULTURA FAMILIAR E A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA MODIFICAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO.....	28
3 POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO	31
3.1 BREVE RELATO DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL.....	31
3.2 A POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO.....	35
3.2.1 Mobilização de recursos, identificação da demanda e gestão de subsídio.....	36
3.2.2 Plano Nacional de habitação.....	37
3.3 PRINCIPAIS ASPETOS DA QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL.....	38
3.3.1 A questão fundiária	39
3.3.2 Assentamentos precários.....	41
3.4 INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO.....	42
3.4.1 Os agentes do Sistema Nacional de Habitação.....	42
3.5 PHPE - PROGRAMA HABITACIONAL POPULAR ENTIDADES - MINHA CASA MINHA VIDA.....	43
4 O LÓCUS DA PESQUISA	45
4.1 CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO (RS).....	45
4.2 CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E RENDA EM CAMPO NOVO.....	47

5 CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPO NOVO/RS.....	50
5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE CAMPO.....	50
5.1.1 Metodologia da pesquisa	50
5.1.2 Condições de moradia no município de Campo Novo/RS	50
5.2 POLITICA PÚBLICA “HABITAÇÃO RURAL FEDERAL”: SEUS DESDOBRAMENTOS NO MUNICIPIO DE CAMPO NOVO-RS.....	54
5.2.1 Fontes dos recursos do Programa Nacional de Habitação Rural	54
5.2.2 O projeto “Caprichando a Morada”	56
5.2.3 O papel dos agentes financeiros, articuladores, técnicos e beneficiários.....	58
5.2.4 Etapas de Organização dos projetos de habitação	60
5.3 O OLHAR DOS AGRICULTORES EM RELAÇÃO AO PROGRAMA DE HABITAÇÃO RURAL.....	63
5.3.1 A comunicação e a discussão na família acerca do Programa de habitação rural..	63
5.3.2 A execução do programa na propriedade e os contribuintes para por a idéia em prática.....	64
5.3.3 As dificuldades iniciais para acessar o Programa de Habitação e as mudanças que essa política pública trouxe para a propriedade.....	65
5.3.4 Os apoios que foram estabelecidos para a viabilização do projeto e a avaliação dos membros da família a respeito do Programa de Habitação Rural.	68
5.4 PERSPECTIVAS DE SUCESSÃO NA PROPRIEDADE FAMILIAR	69
5.5 EFEITOS DAS MELHORIAS NA HABITAÇÃO NA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMILIAS RURAIS.	71
5.6 SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À ATIVIDADE AGRÍCOLA	72
6 CONCLUSÃO.....	76
7 REFERÊNCIAS.....	81
8 APÊNDICES	88

1 INTRODUÇÃO

A política de crédito para a agricultura familiar está ancorada na tentativa do Estado de descentralizar as ações e o alcance das políticas públicas. Estas se conectam através da construção de parcerias com outras instituições da sociedade civil, que intercedem e auxiliam sua operacionalização e avaliação.

Buscou-se, junto às organizações representantes da agricultura familiar, a participação objetivando solucionar os problemas que atingem esse segmento de agricultores. Inclusive, empoderando estas organizações a assumirem um papel que, por vezes, é função do Estado.

Nesta monografia, almeja-se refletir as formas de adequações que influenciam e direcionam a tomada de decisões que visam o bem-estar e segurança das famílias (Unidade de Produção Agrícola Familiar e consumo de bens). As estratégias adotadas pelas famílias em prol da realização dos projetos de satisfação familiar e profissional na agricultura familiar utilizando os recursos que estão à disposição, numa perspectiva orientada. De modo que, à luz dessa abordagem, os agricultores não são meros receptores passivos da intervenção do Estado, ou das organizações de mediação que atuam no meio rural, são atores que refletem, conhecem e agem.

O eixo norteador da presente pesquisa é a reflexão sobre a Política Nacional de Habitação, com seus desdobramentos na realidade empírica de Campo Novo, no espaço rural. Tal processo vem acontecendo de forma participativa, realizando conexões entre os diversos setores e, principalmente, privilegiando a participação das famílias beneficiárias em todas as etapas do projeto.

Conforme Souza (apud TOLEDO, 2009, p. 17), é necessário problematizar a real capacidade dos recursos disponibilizados através das políticas públicas em promover condições qualitativas na vida dos agricultores. Assim, a partir da visão dos beneficiários, supostamente expressa nos projetos financiados, busca-se a compreensão da importância de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar. Reiterando as práticas participativas para que os recursos disponibilizados aos agricultores não sejam apenas mais um instrumento de política pública para administrar a pressão recebida e atender a demanda de setores organizados da sociedade.

Para *locus* empírico deste estudo, foi escolhido o Município de Campo Novo (RS), conforme localização apresentada na figura 4 (p. 45), situado na região do Corede Celeiro. Região tradicionalmente produtora de grãos, onde os agricultores familiares estão inseridos nos circuitos mercantis através da produção de *commodities* integrada às cooperativas de produção e às empresas integradoras. As propriedades, em sua maioria, não ultrapassam 40 hectares, possuindo condições topográficas adequadas ao uso intensivo da mecanização e insumos químicos, que demandam a utilização de pouca mão-de-obra. Esse modelo produtivo, predominante no município de Campo Novo, apesar de aparentar hegemonia, traz consigo contradições ao modelo de produção capitalista ao não estender oportunidades igualmente a todos. Conseqüentemente, muitos agricultores que não lograram condições de adaptar-se e estabelecer as condições da modernização, pouco a pouco foram sendo excluídos do processo produtivo.

Pode-se dizer, então, que a modernização da agricultura brasileira foi desigual no momento em que não favoreceu todos os tipos de agricultores existentes, marginalizando, por vezes, alguns segmentos de produtores por meio do não acesso ao crédito, à assistência técnica, etc. Dessa forma, a modernização da agricultura brasileira é uma modernização conservadora, visto que não alterou a estrutura agrária. Ao contrário, resultou na expulsão sistemática de trabalhadores rurais, ampliando o processo de concentração de terra e renda e o desemprego no setor urbano (MIELITZ; MELO, 2009).

Para Graziano (1998), a industrialização e modernização da agricultura é um processo que ao mesmo tempo em que atrela a agricultura do país a uma indústria desenvolvida e ao comércio internacional, exclui grande parte dos produtores do processo produtivo e motiva a desestruturação dos complexos rurais e a consolidação dos complexos agroindustriais (apud MIELITZ; MELO, 2009).

Esse processo de modernização conservadora aprofundou a diferenciação social entre os agricultores familiares, potencializada pelos mecanismos de acesso aos recursos das políticas de crédito rural. Todavia, as transformações da vida social não foram assimiladas sem resistência pelos agricultores. Estes constituem e esboçam estratégias que julgam adequadas para atender às necessidades imediatas de sobrevivência, reprodução social e material de suas famílias, refletindo distintas dinâmicas sociais. Evidencia que os agricultores utilizam um repertório ampliado e diverso de reações e ações diante das pressões e influências a que estão sujeitos. Estas reações, de alguma forma, procuram preservar seus estilos e modo de vida em um espaço onde figura, cada vez mais, influências externas.

A questão na moradia no meio rural sempre foi relegada em segundo plano, pois o espaço rural, ao longo do processo de construção de políticas públicas, foi visto como espaço de produção, passando despercebido o processo de convivência e relações. É claro que não podemos deixar de ressaltar o PRONAF, como sendo a primeira política pública diferenciada para atender as necessidades creditícias dos agricultores familiares. Não obstante, só o crédito não está sendo suficiente para gerar desenvolvimento, tendo em vista que muitas propriedades carecem de outros incentivos específicos para se estruturar. Serviços sociais, tais como saneamento, habitação, entre outros, que até então estiveram mais acessíveis ao espaço urbano alijando desse acesso o meio rural, hoje assumem um papel primordial para o bem estar das famílias rurais.

É a Política Pública, habitação rural federal, nos seus desdobramentos no município de Campo Novo, o objeto desta pesquisa. As unidades de análise serão as famílias de agricultores que acessaram o programa de habitação rural.

Para fundamentar esse trabalho foram entrevistadas 3 famílias rurais que acessaram o Programa de Habitação, uma delas representando os primeiros projetos desenvolvidos em Campo Novo. Outra, integrante do grupo que utilizou os recursos do FGTS e a terceira enquadrada no programa Minha Casa Minha Vida, cujos projetos começam a ser implementados em Campo Novo a partir de 2010. Também fez parte do grupo de entrevistados, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entidade articuladora e mediadora dos agricultores no processo de elaboração do projeto e também em todas as etapas de execução. Além das entrevistas em forma de questionário, foram realizados outros contatos tanto com os agricultores quanto com o Sindicato, no sentido de buscar aprofundamentos e maior conhecimento da dinâmica da execução dos projetos.

À luz do pressuposto de que as políticas públicas, no seu viés social, contribuem para a busca de autonomia das famílias rurais e ampliam as possibilidades de reprodução social, nos propusemos a contribuir para a noção de que existem diversos desdobramentos provenientes do processo de melhorias das condições de habitação para as populações rurais e, por outra, analisar a importância das políticas públicas direcionadas para a população do campo nas estratégias de reprodução social e nos processos sucessórios das famílias e desenvolvimento rural.

Considera-se, nesta pesquisa, a importância da viabilização de serviços sociais para o meio rural, perpassando a visão produtivista e percebendo esse espaço como *lócus* de relações e interações. Sob a ótica do espaço rural como base territorial onde ocorre a dinâmica das

relações e sua ligação com o global, fruto de uma construção social, nas suas interações e conflitos, ressalta-se a importância de analisar as influências desses processos de ampliação das políticas direcionadas para o rural, no modo de vida e seus reflexos nos processos de construção de sonhos e planejamento com vistas à sucessão familiar na unidade de produção agrícola.

Com efeito, para buscar melhorias e mudar essa lógica perversa, através de suas organizações, os agricultores reivindicam melhorias nas estruturas de suas moradias, compreendendo esse conceito para além da habitação em si. Ampliando o entendimento para os arredores, horta, pomar e todo o conjunto das atividades que dizem respeito a sustentabilidade e bem estar da família. Nesse aspecto, buscamos responder as seguintes perguntas: existe relação entre a política pública “Habitação Rural Federal” e o bem estar das famílias que acessaram o programa? As melhorias na habitação rural têm influência no processo de sucessão na unidade familiar de produção?

A pesquisa a ser desenvolvida será de caráter exploratório-descritivo, priorizando o viés qualitativo no estudo de caso para o qual serão realizadas análises empíricas e teóricas. Outro procedimento relevante para o desenvolvimento do trabalho de investigação é a pesquisa bibliográfica que consiste na consulta de livros, revistas, periódicos, jornais, internet e outras possíveis fontes que ajudem a sustentar e comprovar os dados levantados.

Será realizada entrevista com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e com as famílias beneficiárias no sentido de expor a utilização dos recursos do Programa de Habitação a uma análise qualitativa, isto é, verificar a sua influência nos processos de melhoria do meio rural e suas conexões com o desenvolvimento local.

O presente estudo justificou-se pela relevância de se buscar evidências empíricas entre agricultores familiares sobre a influência da política pública da Habitação Rural na reprodução de suas famílias, observados a partir da perspectiva dos beneficiários do Programa. Espera-se, ainda, com este estudo, contribuir para a reflexão da importância de aprimoramentos no atual estágio das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, cujos resultados, perpassam o bem-estar das famílias. Tendo como foco de análise o recente programa de habitação para o meio rural, nos propusemos a discutir acerca da importância de criar mecanismos de participação social, a fim de permitir a inserção da contribuição dos agricultores para o aprimoramento do programa. Nesse ponto, convém ressaltar que considerar as distintas características das regiões é elementar para o seu sucesso para que os anseios da população sejam atendidos. Além disso, os processos grupais e locais

contribuem sobremaneira para qualificação dos projetos financiados, atribuindo novos compromissos aos diferentes atores que ultrapassam a dimensão da simples oferta do crédito rural.

No tocante a caracterização do local da pesquisa, o Município de Campo Novo está situado na região do Corede Celeiro, cujo processo de modernização da agricultura teve influências importantes nos sistemas de produção adotados nas unidades de produção agrícola. Contribuem para isso, as características topográficas que permitem adoção em larga escala da mecanização, tecnologia poupadora de mão-de-obra cujo acesso repercutiu entre os agricultores de forma desigual. O valor Adicionado Bruto da agropecuária representa 31,38% das receitas do município, ficando atrás do setor de serviços que representa 57,48% (IBGE, 2008), fortemente ligado ao setor da agricultura. Por conta da modernização, a agricultura do município de Campo Novo é considerada fortemente mercantilizada, nos termos propostos por Ploeg (apud TOLEDO, 2009, p. 23), especialmente aquela ligada a cultura da soja que é predominante na região, fazendo rotação de cultivo com trigo e milho.

Essas características conferem traços de desenvolvimento agrícola dependentes de contínuos aportes de crédito rural. Conforme dados do IBGE (2010), Campo Novo possui uma população de 5.459 sendo 75,27% urbana e 24,73% rural. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,736 (SEPLAG/RS 2000). O censo agropecuário 2006 (IBGE) encontrou 321 estabelecimentos rurais, dos quais 95% são classificados como unidades familiares de produção, conforme classificação do INCRA (2004) e baseando-se na perspectiva de quatro módulos fiscais, conforme enquadramento no PRONAF. Nos últimos anos, em virtude da análise de que a soja em propriedades familiares não produz renda suficiente para a manutenção das despesas familiares, o município adotou políticas para introduzir e desenvolver outras atividades agropecuárias, de maneira especial focadas na produção de leite e na produção de alimentos em geral. Esta iniciativa contribuiu, em grande medida, para a opção de agricultores pela produção de alimentos como atividade principal, e o leite passou a ser uma atividade presente em grande parte das propriedades familiares rurais.

Pós-delimitação da problemática, as unidades de análise foram os agricultores familiares e mediadores (sindicalistas, técnicos de extensão rural e agentes financeiros). Optou-se pela modalidade de estudo de caso, para possibilitar o aprofundamento de questões que estejam articuladas entre si, evitando conclusões isoladas. O estudo de caso nasceu do desejo de “compreender um fenômeno social contemporâneo e recente, dentro do seu contexto real cujos desdobramentos ainda não são claramente evidentes, nem os resultados

avaliados em nível de literatura, tendo em vista que ainda não são claramente identificadas as fronteiras entre o contexto e o real” (TOLEDO, 2009, p.24).

Para relativizar a problemática, optou-se por uma pesquisa quanti-qualitativa. No trabalho de Campo foram realizadas entrevistas semiabertas, abrangendo três categorias de enquadramento no Programa de Habitação, para ter uma percepção do funcionamento do todo.

A referência de pesquisa é o período de 2004 a 2010, tendo em vista que foi no ano de 2004, a execução dos primeiros projetos de reformas e construção de moradias no meio rural, no município de Campo Novo. Objetiva-se extrair dos entrevistados as representações sociais, o conjunto de crenças e motivações que amparam suas decisões de aderir ao programa, utilizando os recursos alocados para garantir a reprodução social e sucessão na unidade familiar de produção no município de Campo Novo. Esta técnica foi acompanhada de observação participante e de registros das impressões tidas a cada contato com o beneficiário. Quanto aos mediadores também foram feitos vários contatos e entrevistas semiestruturadas, acompanhando também na visita aos agricultores que aderiram ao programa para conhecer a realidade onde os mesmos estão inseridos.

As entrevistas feitas com as famílias beneficiárias do Programa de Habitação serviram para confirmar no tocante ao papel atribuído aos mediadores (sindicado, COOPERHAF, agentes financeiros e comércio local). Assim, pressupõe que os mediadores técnicos e políticos, através dos projetos financiados, ampliam as condições de fortalecimento e de reprodução social dos agricultores familiares, com melhorias que vão além da casa nova, sonho de uma vida inteira, que agora começa a se transformar em realidade.

A monografia está estruturada em seis capítulos. A introdução é considerada o primeiro capítulo, onde se apresenta o tema, contextualizando-o e traçando os objetivos da pesquisa. Já o segundo capítulo contém a fundamentação teórica, na qual são apresentados os argumentos dos autores, usados como arcabouço analítico no tocante ao papel do Estado e sua relação com a agricultura familiar, a política creditícia e suas repercussões na agricultura familiar. O terceiro capítulo discute sobre a política nacional de habitação, trazendo um breve histórico e principais aspectos da política habitacional no Brasil, discorrendo, também, sobre a dinâmica organização e operacionalização do sistema nacional de habitação atualmente. O quarto capítulo ressalta elementos do espaço empírico da pesquisa em alguns aspectos sociais. O quinto capítulo trata do programa de habitação e suas interfaces no desenvolvimento local, no município de Campo Novo, sua influência na revalorização do campo e o papel dos

mediadores e técnicos nesse processo, explanando os resultados da pesquisa. O sexto capítulo está destinado às considerações finais do estudo, evidenciando a comprovação ou refutação das hipóteses e sugerindo aprofundamentos em áreas que ficaram a descoberto, apontando os avanços e os limites da presente monografia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A elaboração do presente trabalho é motivada pela presença da agricultura familiar em todo o território brasileiro. Boa parte dos alimentos que vai para a mesa dos brasileiros tem origem no trabalho de agricultores familiares. É um segmento de destaque no agronegócio do Brasil. Dados da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontam que 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros são provenientes da agricultura familiar.

Conforme censo agropecuário 2006 (IBGE) o segmento da agricultura familiar e as cadeias produtivas a ele interligadas responderam por 9% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Isso equivale a R\$ 174 bilhões em valores daquele ano. Uma participação significativa na geração de riqueza para o país. O levantamento mostra que 87% da produção de mandioca é provenientes da agricultura familiar. A produção de feijão vem em segundo lugar, com 70%, seguida da produção de suínos, com (59%), leite (58%), aves (50%), milho (46%), arroz (34%) e soja (16%).

Nesse aspecto, é notória a contribuição de Schneider (2010) que versa sobre a importância da agricultura familiar no contexto das políticas públicas, contribuindo para as discussões em torno do amplo tema do desenvolvimento rural. Nesse sentido, assevera Schneider:

Por certo, tanto a agricultura familiar como os agricultores que hoje são assim denominados sempre existiram, e não se trata de uma novidade. Mas é mister reconhecer que foi na primeira metade da década de 1990 que esta noção se firmou como uma categoria política, sendo em seguida assimilada por estudiosos e por formuladores de políticas, o que lhe confere atualmente uma extraordinária legitimidade a tal ponto de se constituir como referência em oposição a outras noções igualmente poderosas, como a de agronegócio, por exemplo (SCHNEIDER, 2010, p. 515).

2.2 UM BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A Agricultura familiar traz traços marcantes de sua origem no processo de formação do Brasil: a colonização, baseada no sistema de monoculturas, altamente extrativista; a formação da sociedade e a econômica voltada para a exportação. Nela, prevaleciam o modelo da grande propriedade, com atividades monocultoras, baseadas na mão-de-obra escrava, atendendo aos interesses da metrópole, baseados nos ciclos econômicos.

No século XX, em função do predomínio de produções voltadas para o mercado externo, principalmente a cana-de-açúcar e o café, várias crises no abastecimento e perda de produção influenciada pelas crises mundiais, contribuíram para o aparecimento de pequenas e médias propriedades. Essas unidades de produção familiar, como estratégia de sobrevivência diante de uma situação instável, passam a diversificar a produção, focando, principalmente, a produção para o autoconsumo com venda de excedentes.

Conforme dados do IBGE, censo agropecuário (2006), a estrutura agrícola ainda é concentrada no país. Os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A área média dos estabelecimentos familiares era de 18,37 hectares e dos não familiares 309,18 hectares (CARTILHA, IBGE, 2006). Contudo, a Agricultura familiar gera um terço da receita dos estabelecimentos agropecuários do país (IBGE, 2006).

Em 2006, a agricultura familiar respondia a mais de 1/3 das receitas dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Ou seja, apesar de ocupar 24,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, a agricultura familiar é responsável por 38% do Valor Bruto da Produção Gerada. Ainda conforme o IBGE (2006), apesar da tendência de redução de pessoas ocupadas na agropecuária brasileira como um todo desde 1985, a agricultura familiar foi capaz de reter um maior número de ocupações que a agricultura não familiar. O número de pessoas ocupadas nas unidades de produção familiares em 2006 corresponde a 74,4% do total do pessoal ocupado na produção agropecuária, o equivalente a 12,3 milhões de pessoas. Já na agricultura não familiar, os 25,6% de pessoal ocupado correspondem a 4,2 milhões de pessoas. Confira nos gráficos abaixo.

**DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO
DE ESTABELECIMENTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR POR REGIÃO**

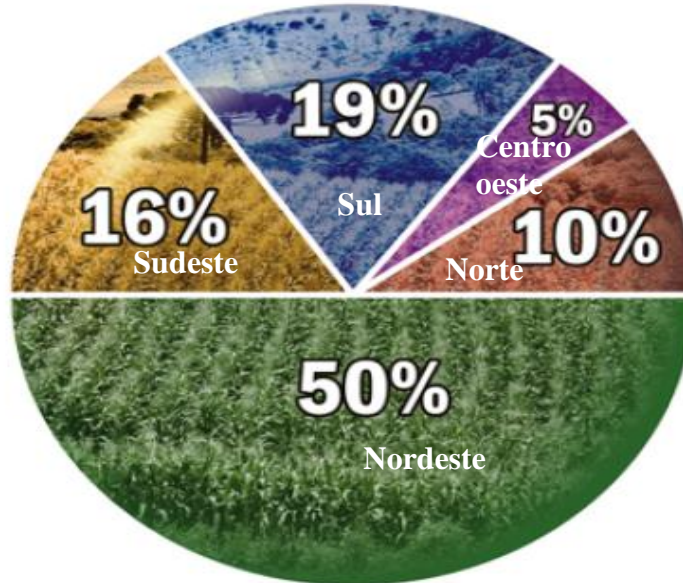


FIGURA 1 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR REGIÃO (IBGE/2006)

**DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA
DOS ESTABELECIMENTOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR POR REGIÃO**

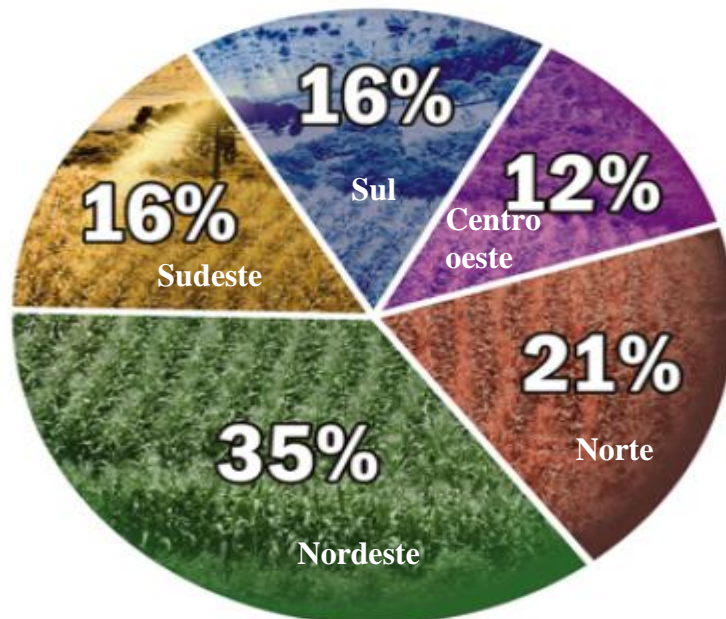


FIGURA 2 - ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR REGIÃO (IBGE/2006)

Apesar de cultivar uma área menor com pastagem (36,4 milhões de hectares), a agricultura familiar é uma importante fornecedora de proteína animal: 58% da produção de leite, 50% da produção de aves, 59% dos suínos e 30% dos bovinos.

Segundo a FAO/INCRA de 1996 a 2006, a agricultura familiar ampliou sua participação no total de estabelecimentos, passando de 85 % para 88 % e o pessoal ocupado de 77 % para 79 %. Aumentando em 1% a área ocupada, passando de 31% para 32% do total da área dos estabelecimentos agropecuários do país.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: IMPORTÂNCIA SOCIAL, CARACTERÍSTICAS E ESTRATÉGIAS.

O adensamento das discussões acerca da agricultura familiar, no decorrer da década de 1990, é atribuído a uma série de fatores. Entre eles destacam-se os problemas relacionados à grande concentração fundiária e a diversidade de situações apresentadas pelas regiões brasileiras, ao modelo de organização sociopolítico e econômico, reforçados por segmentos governamentais comprometidos com os interesses dos grandes proprietários e com os interesses internacionais. Como contraponto no acirramento das discussões sobre a agricultura familiar está fortalecimento do movimento dos trabalhadores que lutam pelo direito de reconquistar a terra.

Com efeito, as discussões sobre a importância social, econômica e cultural da agricultura familiar na sociedade contemporânea ganharam novo fôlego, propiciando um ambiente favorável para o debate da importância dessas unidades produtivas para a agricultura e para o conjunto da sociedade. Nesse sentido, é retomado o debate sobre a necessidade de redistribuição da propriedade fundiária e da renda, promovendo, também, a compreensão da importância das estratégias de reprodução, resistências e potencialidades da agricultura familiar.

Conforme Schneider (2010), as lutas por crédito, por melhoria de preços, por formas de comercialização diferenciadas, pela implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural, por proteção contra a desregulamentação e a abertura comercial indiscriminada (promovida no âmbito dos acordos do Mercosul), fizeram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) aliar-se a outros movimentos emergentes, como o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR), ligado à

CUT, que havia sido criada em 1988. Ainda conforme Scheneider “(...) da mobilização conjunta emergiu formas de lutas que produziram grande impacto político, tais como as Jornadas Nacionais de Luta, logo a seguir transformadas no Grito da Terra Brasil, movimento anual que persiste até hoje” (SCHNEIDEIR, 2010, p.514). Com efeito, os avanços no que tange a consolidação da Agricultura familiar como categoria social, legitimada e reconhecida pela sua valorosa contribuição no conjunto do PIB brasileiro é fruto de uma constante e incansável mobilização, agregando movimentos, entidades e instituições apoiadoras da causa.

Essas unidades produtivas têm sua origem histórica ligada à grande propriedade rural e desenvolveram-se aliadas a uma estrutura de concentração de terras e, principalmente, de mercados. Nesse contexto, os produtores familiares sempre estiveram à margem das políticas agrárias e agrícolas adotadas, contribuindo, gradativamente, para a sua expulsão do campo e favorecendo a criação de uma estrutura fundiária concentrada e dependente das políticas globais.

A partir dos anos 90, vem se observando um crescente interesse pela agricultura familiar no Brasil. Este interesse se materializou em políticas públicas, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e na criação do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), além do revigoramento da Reforma Agrária. A formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações das organizações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados.

Desde a criação do Pronaf, em 1996, que passou a ser a principal política destinada aos agricultores familiares do Brasil, é notória a crescente influência da ação do Estado no meio rural. Tanto em termos de recursos como de contratos, a partir de 2004 o volume de recursos canalizados para a agricultura foi expressivo. Tanto que superou a marca de um milhão e meio de contratos financiados com um orçamento que chegou a mais de nove bilhões de reais na safra 2007-2008 (SCHNEIDER, 2010).

Assim, a partir de meados da década de 1990, o papel do Estado vem crescendo e se expandido junto à agricultura familiar e ao meio rural. Ampliando, inclusive, seu enfoque que, além de continuar com o apoio aos assentamentos de reforma agrária e ao crédito para agricultura familiar, “passa a tratar de temas como políticas de segurança alimentar, combate às formas precárias de trabalho, regularização fundiária, apoio às populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos) e ações de desenvolvimento territorial” (SCHNEIDER, 2010, p. 516).

A década de 1990 iniciou-se sob a marca da agricultura familiar na entrada do vocabulário científico e com uma reavaliação significativa da concepção de desenvolvimento rural. “A agricultura familiar assume espaço político destacado e busca afirmar-se como categoria social estratégica para um projeto de desenvolvimento rural sustentável de maior alcance” (SCHNEIDER, CONTERATO, 2006, p.11).

2.4 A POLÍTICA CREDITÍCIA PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

Várias foram as ações do Estado Brasileiro desde a década de 1960 aos dias atuais buscando desenvolver programas em nome do desenvolvimento brasileiro e desenvolvimento agrícola. Entretanto, como versam Mielitz e Melo:

As ações de política deixam claro que a opção era pelo agrícola, pela expansão da produtividade, as idéias da “revolução verde” e o peso da composição das exportações agrícolas na balança comercial brasileira direcionaram as ações para a busca da modernização para a questão agrícola. (MIELITZ; MELO, 2009, p. 01).

Para a agricultura, no contexto do esgotamento do processo da industrialização para substituição de importações, o plano trienal (1963-1965) propõe a modernização da agricultura para com o aumento da produtividade e da oferta para alcançar o objetivo da redução dos preços agrícolas que estavam bem acima dos níveis gerais dos preços no mercado nacional e comprometia o desenvolvimento da própria indústria.

Com o golpe militar de 1964, foi mantida a ação do Estado baseada na necessidade de industrialização via a substituição das importações. O Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG mantém o diagnóstico do setor agrícola como atrasado, em uma condição retardatária e de baixa produtividade e, apesar de reconhecer que a estrutura fundiária é desigual, recua na preposição da reforma agrária, definindo tarefas específicas para o setor agrícola nacional. Dessa forma fica evidenciado “o papel de agricultura como fornecedora de alimentos e matéria-prima para a indústria, tornando-se um setor forte na agro-exportação para garantir as divisas necessárias para a modernização e promoção do desenvolvimento” (MIELITZ; MELO, 2009, p. 3).

Com o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970), a agricultura alcança uma posição realmente de destaque, com a modernização dos sistemas de abastecimento e as mudanças tecnológicas que começam a ser implementadas. O aumento da produtividade de produtos alimentícios com incentivos ao uso de insumos modernos, ampliação e fortalecimento do crédito agrícola com o fomento da industrialização do meio rural e o fortalecimento das políticas de colonização, ampliando os investimentos na criação de condições estruturais para o setor agrícola. Estas foram as metas definidas e fielmente implementadas com um aparato composto por crédito, assistência técnica e pesquisa.

No início da década de 1970, no contexto do milagre econômico, a agricultura já apresentava os resultados do investimento anterior em produção e abastecimento. As metas definidas pelo governo foram no sentido de desenvolver uma agricultura de mercado, produzindo-se para exportação e dando continuidade a geração de divisas e ao desenvolvimento tecnológico para a agricultura.

Como ressaltam Mielitz e Melo (2009, p.4), “os dois planos nacionais de desenvolvimento (PND I – 1972-1974 / PND II 1974-1979) mantêm na pauta a ideia da modernização com incentivos fiscais e financeiros para o setor agrícola, abolindo o termo reforma agrária”. E continuam Mielitz e Melo (2009, p. 4), afirmando que “na segunda metade da década de 1970, a política agrícola é voltada para fomentar a redução dos preços agrícolas ao consumidor e a geração de maiores rendas dos produtores rurais.” A agroindústria começa a ser estimulada na ótica de disseminação da empresa rural.

A convivência com a crise da dívida externa na década de 1980, com as altas taxas de inflação, e com a redução dos fluxos de capital estrangeiro de investimentos no país, reforça a visão dos gestores no que tange ao setor produtivo agropecuário como exportador no intuito de gerar divisas para pagamento dos serviços da dívida externa nacional.

Como o contexto da produção para exportação e do fomento a busca de mercados externos provocou a redução na oferta de produtos no mercado interno, “foi necessário um redirecionamento do crédito para a pequena produção de ali para ter estabilização dos preços dos alimentos básicos” (MIELITZ; MELO, 2009, p. 5).

No início dos anos 1990, figura-se a redução da participação do Estado na economia e na agricultura, mediante mecanismos de mercado, provocando a desestruturação do aparelho estatal de apoio à agricultura. “A crise do Estado, nesse momento, é também a crise da agricultura, havendo queda no PIB agrícola e paralisação de diversas ações de políticas” (MIELITZ; MELO, 2009, p. 5).

O crédito rural foi iniciado em 1995 por meio da lei que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, a União através do orçamento fiscal supria a fonte do crédito rural ofertado, o setor privado também ofertou crédito rural mediante os depósitos à vista, mas teve sua participação diminuída ao longo das décadas. O volume de oferta de crédito assume grande significância em finais da década de 1970, quando chegou ao volume de 20 bilhões em 1979, nos anos seguintes aconteceu uma redução gradual dessa oferta com eliminação do subsídio em 1985 (MIELITZ; MELO, 2009, p. 06).

Com o objetivo de financiar o capital de giro, a produção e comercialização e a adoção de tecnologia moderna, o crédito rural, inicialmente, atinge os grandes e médios proprietários. Passa, então, a ter um alcance maior no número de beneficiários com a instituição do PRONAF, que democratiza, em certa medida, o acesso ao crédito no Brasil.

A instituição do PRONAF, com status de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a partir de 1996, abre espaço para novas reivindicações. Os riscos característicos da atividade agrícola e as constantes perdas de safras pelos agricultores fizeram com que fosse instituído o Seguro Agrícola, uma política do governo que visa proteger o agricultor contra perdas físicas da produção. Na abordagem de Mielitz e Melo (2009, p. 8), “o seguro é um instrumento de modernização da atividade agrícola, pois permite ao produtor investir com segurança, em adoção de tecnologias, e em crédito para a produção”.

Atualmente, além dos instrumentos específicos e historicamente construídos, há a estrutura governamental composta pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário - MDA e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, “os quais têm desenvolvido diversas ações, programas e projetos os quais buscam fomentar a produção da agropecuária nacional e o desenvolvimento rural” (MIELITZ; MELO, 2009, p. 8).

2.5 A AGRICULTURA FAMILIAR E A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA MODIFICAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO

A agricultura familiar caracteriza-se pela relação entre terra, trabalho e família, e apresenta uma série de especificidades e diferenciação regional/local que assegura sua inserção e reprodução na sociedade contemporânea. A partir da década de 1970, com a modernização da agricultura, esse segmento passou a enfrentar problemas econômicos, sociais e territoriais.

A agricultura familiar caracteriza-se, também, pelo controle da família sobre os meios de produção e ao mesmo tempo é a principal responsável pela efetivação do trabalho. Nessas

unidades produtivas, o trabalho e a propriedade estão ligados à família. A esse respeito Lamarche (1993, apud TOLEDO, 2009) descreve que a exploração familiar corresponde:

[...] a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração (TOLEDO, 2009, p. 15).

A propriedade familiar, nesse contexto, é considerada como um imóvel rural, que direta e pessoalmente é explorado pelo agricultor e sua família. Com a prevalência da força de trabalho familiar, garantindo a subsistência e o progresso social e econômico, “com área máxima fixada para cada região, e que, quando é necessário, conta com ajuda de terceiros. Essas características são predominantes na agricultura familiar” (BLUM, 2001, apud. SILVA; MENDES, 2009, p.7).

Nesse sentido, o financiamento rural foi um poderoso instrumento de modernização da agricultura, ao possibilitar a incorporação de maquinário e insumos ao processo produtivo. Para Estevam:

O crédito rural foi um dos instrumentos básicos da modernização agrícola e fortaleceu, de maneira acelerada, o processo de capitalização no campo. Para concessão de financiamento exigia-se certo padrão tecnológico, elevada densidade de capital, monetarização, além de farta aquisição de fertilizantes e outros insumos. A diversidade de linhas de créditos, bem como as taxas de juros subsidiadas, estimularam grande número de interessados a se instalar nos Cerrados (ESTEVAM, 2004, p. 738, apud. SILVA; MENDES, 2009, p. 9).

Diante desse contexto, os agricultores familiares encontram-se sujeitos a modernização da agricultura e passaram a ter necessidade da garantia de um território familiar. Como afirma Wanderley (2001, apud. SILVA; MENDES, 2009, p. 10), “a agricultura familiar, frente a essas transformações, passa a ter necessidade da garantia da construção de um território familiar”. Território que seja o lugar de vida e de trabalho da família, assegurando, para as gerações futuras, a preservação da memória e da identidade do grupo familiar.

Nesse aspecto, convém ressaltar as considerações de Fernandes (2006) para o qual, o significado territorial é mais amplo que o significado setorial que entende o campo simplesmente como espaço de produção de mercadorias. Assim:

[...] Pensar o campo como território significa compreendê-lo como espaço de vida, ou como um tipo de espaço geográfico onde se realizam todas as dimensões da existência humana. O conceito de campo como espaço de vida é multidimensional e nos possibilita leituras de políticas mais amplas do que o conceito de campo ou de rural somente como espaço de produção de mercadorias. A economia não é uma totalidade, ela é uma dimensão do território (FERNANDES, 2006, p. 28-29, apud SILVA; MENDES, 2009, p. 10).

Nessa perspectiva, o espaço rural, mesmo que articulado integralmente ao meio urbano, continua a ter características e singularidades, próprias do entorno. Não podemos negar a relação de interdependência e complementaridade entre o rural e o urbano. Contudo, não é mais possível que continue a existir uma relação assimétrica favorecendo o urbano.

Nesse contexto de modernização, cujo acesso a bens e serviços pressupõe igualdade ao conjunto da população, o meio rural passa a demandar melhorias. Nas pequenas cidades, passa a ser um local de residência de muitas pessoas que trabalham no meio urbano. Muitas dessas pessoas têm suas origens na ruralidade e por isso tendem a permanecer no meio rural. Por isso, buscam estratégias de geração de rendas provenientes das atividades não agrícolas que, em muitos casos, são superiores ao que se obtém com os resultados da produção interna. Contudo, essa prática necessária “não pode obscurecer a centralidade do patrimônio familiar para cuja reprodução, no presente, como no futuro, é organizado o sistema de atividades dos membros da família” (WANDERLEY, 1999 e 2003, apud WANDERLEY, 2009, p. 79).

Para Grisa, Gazolla e Schneider (2010, p. 76), “o fortalecimento da agricultura familiar passa por um conjunto de iniciativas dos próprios agricultores enquanto atores sociais do seu próprio destino e desenvolvimento”. Contudo, são fundamentais as ações ativas do Estado, principalmente em locais de maior vulnerabilidade social, mescladas com políticas de transferência de renda (Bolsa Família, por exemplo). As políticas agrícolas que incentivam a produção de mercadorias (produtos destinados aos mercados) juntamente com políticas que incidem sobre outras dimensões das famílias como “a cultura, as relações sociais, o trabalho e produções não mercantilizadas como é o autoconsumo que são de grande importância para o fortalecimento da agricultura familiar (GRISA; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2010, p.67)”.

3 POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

3.1 BREVE RELATO DA TRAJETÓRIA DA POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL

A política habitacional no País tem sua trajetória marcada por mudanças no conceito e no modelo de intervenção do poder público no setor que ainda não logrou êxito, especialmente no que se refere ao equacionamento do problema da moradia para a população de baixa renda.

A Fundação da Casa Popular, primeira política nacional de habitação, criada em 1946, revelou-se ineficaz devido à falta de recursos e às regras de financiamento estabelecidas, o que comprometeu o seu desempenho no atendimento da demanda, que ficou restrito a alguns Estados da federação e com uma produção pouco significativa de unidades (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

O modelo de política habitacional implementado a partir de 1964, pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), baseava-se em um conjunto de características que deixaram marcas importantes na estrutura institucional e na concepção dominante de política habitacional nos anos que se seguiram. Essas características podem ser identificadas a partir dos seguintes elementos fundamentais: primeiro, a criação de um sistema de financiamento que permitiu a captação de recursos específicos e subsidiados, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que chegaram a atingir um montante bastante significativo para o investimento habitacional. O segundo elemento foi a criação e operacionalização de um conjunto de programas que estabeleceram, em nível central, as diretrizes gerais a serem seguidas, de forma descentralizada, pelos órgãos executivos. Terceiro, a criação de uma agenda de redistribuição dos recursos, que funcionou principalmente em nível regional, a partir de critérios definidos centralmente. E, por último, a criação de uma rede de agências, nos estados da federação, responsáveis pela operação direta das políticas e fortemente dependentes das diretrizes e dos recursos estabelecidos pelo órgão central (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Dentre as críticas feitas ao modelo de política habitacional, adotado a partir de 1964, a primeira, e central quanto à atuação do BNH, foi a incapacidade em atender à população de mais baixa renda, objetivo principal que havia justificado a sua criação. O modelo institucional adotado com forte grau de centralização e uniformização das ações no território nacional foi outro aspecto alvo de críticas e questionamentos. A falta de articulação entre as ações dos órgãos responsáveis pela construção das casas populares e os encarregados dos serviços urbanos também era apontada. Como se isso não bastasse, a construção de grandes conjuntos no intuito de baratear o custo das moradias, geralmente feitos em locais distantes e sem infra-estrutura e, por último, o seu modelo financeiro que se revelou inadequado em uma economia com processo inflacionário.

Com a desarticulação progressiva da instância federal, a fragmentação institucional, a perda de capacidade decisória e a redução significativa dos recursos disponibilizados para investimento na área, a crise do Sistema Financeiro de Habitação e a extinção do BNH gerou o arrefecimento em relação à política habitacional no País,

Extinto em agosto de 1986, as atribuições do BNH foram transferidas para a Caixa Econômica Federal, permanecendo a área de habitação, no entanto, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), cuja competência abrangia a política habitacional, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente, enquanto que a Caixa Econômica Federal estava vinculada ao Ministério da Fazenda.

Em março de 1987, o MDU é transformado em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente (MHU), que acumula, além das competências do antigo MDU, a gestão das políticas de transportes urbanos e a incorporação da Caixa Econômica Federal. Em setembro de 1988, ocorrem novas alterações: cria-se o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social (MBES), em cuja pasta permanece a gestão da política habitacional.

Com a Constituição de 1988 e a reforma do Estado, o processo de descentralização, um dos pontos principais do modelo proposto, ganha base para se efetivar. Dentro do processo de descentralização se estabelece uma redefinição de competências, passando a ser atribuição dos Estados e Municípios a gestão dos programas sociais, e dentre eles o de habitação, seja por iniciativa própria, seja por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, seja por imposição Constitucional (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p.10).

Em março de 1989, cria-se a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária (SEAC), gerida pelo Ministério do Interior. A gestão e as atividades financeiras do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a Caixa Econômica Federal (CEF) passam a ser vinculadas ao Ministério da Fazenda.

O modelo institucional adotado pela SEAC privilegiava a iniciativa de Estados e Municípios, deixando de estabelecer prioridades alocativas, o que permitiu maior autonomia dos governos estaduais e municipais, que deixam de ser apenas executores da política. No entanto, a utilização dos recursos do FGTS em quantidade que superava suas reais disponibilidades financeiras afetou as possibilidades de expansão do financiamento habitacional, levando a sua suspensão temporária, ficando os programas na dependência de disponibilidades financeiras a fundo perdido de recursos da União.

Em 1994, o governo Federal colocou como prioridade a conclusão das obras iniciadas na gestão anterior e lança os programas Habitar Brasil e Morar Município, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF). No entanto, o montante de investimentos realizados ficou aquém das expectativas, como consequência do contingenciamento de recursos imposto pelo Plano Real.

Em 1995, é realizada uma reforma no setor da política habitacional, com a extinção do Ministério do Bem-Estar Social e a criação da Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), esfera que ficaria responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Habitação. Embora tenha mostrado, de início, intenções reformadoras, a ação da SEPURB caracterizou-se por uma retração do setor institucional.

Verifica-se, então, uma contínua redução dos quadros técnicos e uma perda de capacidade de formulação, que vai se aprofundando ao longo do tempo. A transformação da SEPURB em Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU) não trouxe mudanças significativas nesse processo, persistindo a desarticulação institucional e a perda de progressiva de capacidade de intervenção. As áreas da habitação e do desenvolvimento urbano permanecem sem contar com recursos financeiros expressivos e sem capacidade institucional de gestão, no plano federal.

Nesse período, foram criadas novas linhas de financiamento, tomando como base projetos de iniciativa dos governos estaduais e municipais, com sua concessão estabelecida a partir de um conjunto de critérios técnicos de projeto e, ainda, a partir da sua capacidade de pagamento. No entanto, foi imposta significativa restrição ao financiamento do setor público para a realização de empréstimos habitacionais, seja pela restrição dos aportes de recursos do OGU, seja pelo impedimento da utilização dos recursos FGTS para esse fim. Isso restringiu principalmente as possibilidades de financiamento federal à regularização e urbanização de

assentamentos precários, já que os programas de oferta de novas unidades habitacionais puderam ser viabilizados por meio de financiamento do setor privado, como ocorre no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), ou por meio de empréstimos individuais, como o Programa Carta de Crédito.

Por um lado, ampliaram-se as condições de autonomia e de iniciativa locais (estaduais ou municipais) na definição de agendas e implementação de políticas e, por outro, restringiu-se o acesso a recursos. Embora premidas pela escassez de recursos, as iniciativas em programas habitacionais por parte de administrações municipais disseminaram-se a partir do final dos anos 80, e ganharam maior legitimidade na medida em que foram também apoiadas pelas novas políticas de financiamento adotadas por organismos internacionais de fomento.

A partir de meados de 1980, houve um efetivo processo de descentralização e municipalização das políticas habitacionais. Vários fatores contribuíram para que isso ocorra, A redefinição institucional acentuadamente municipalista promovida pela nova Constituição de 1988, seja pela iniciativa dos novos governos municipais eleitos na década de 80, ou, ainda, como reflexo da desarticulação institucional dos sistemas estaduais de habitação e da retração e fragilidade das políticas federais foram fatores importantes.

Esse processo ressalta a potencialidade da gestão municipal em ampliar a eficácia, a eficiência e a democratização das políticas. A gestão municipal teria, ainda, a virtude de ser o nível de governo que permitiria uma maior integração entre as políticas de provisão de moradias e a política fundiária e de controle do uso e ocupação do solo, o que ampliaria mais suas possibilidades de eficácia/eficiência. No entanto, a ideologia municipalista que passa a dominar importantes setores intelectuais e políticos, de certa forma, ajudou a desviar o foco do processo de desarticulação institucional que caracterizou o setor habitacional nesse período. De fato, o que ocorreu no setor habitacional foi mais fruto de uma descentralização por ausência, sem uma repartição clara e institucionalizada de competências e responsabilidades, sem que o governo federal definisse incentivos e alocasse recursos significativos para que os governos dos estados e municípios pudessem oferecer programas habitacionais de fôlego para enfrentar o problema.

O governo federal manteve um sistema centralizado, com linhas de crédito sob seu controle, sem uma política definida para incentivar e articular as ações dos Estados e Municípios, no setor de habitação. O que se observa, nesse período, é a desarticulação institucional ou até mesmo a extinção de várias Companhias de Habitação (COHAB) estaduais e a dependência, quase completa, dos recursos federais pelos governos estaduais

para o enfrentamento dos problemas habitacionais, verificando-se, inclusive, quase nenhuma priorização por parte de muitos Estados à questão habitacional.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, começa a implementar mudanças nesse quadro, com a criação do Ministério das Cidades, que passa a ser o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano e, dentro dela, pela Política Setorial de Habitação. Integram o Ministério das Cidades: a Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana.

3.2 A POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

A Política de Habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais. Nesse prisma, a Política Nacional de Habitação, inicialmente, não contempla o meio rural, uma vez que está grifado o meio urbano como contexto onde devem ser realizadas as ações inerentes à habitação. Todavia, recentemente vem sendo reforçada a idéia de dimensão territorial do desenvolvimento rural, sendo as atividades agrícolas e não agrícolas integradas ao espaço local, ultrapassando o enfoque predominantemente setorial (agrícola) do espaço rural, esvanecendo a tradicional divisão rural/urbana. No âmbito das políticas públicas, isto se traduziu na criação da SDT (Secretaria do Desenvolvimento Territorial), subordinada ao MDA.

A viabilização da Política Nacional de Habitação conta com um conjunto de instrumentos a serem criados, pelos quais caminhará a sua efetivação. São eles: o Sistema Nacional de Habitação (SNH), o Desenvolvimento Institucional, o Sistema de Informação, Avaliação e Monitoramento da Habitação e o Plano Nacional de Habitação.

Orientando-se por um modelo participativo e democrático, que reconhece a participação nas políticas públicas como direito dos cidadãos, em 2003 sob a articulação do Ministério das Cidades foram realizadas as Conferências municipais, regionais e estaduais das cidades com a participação de amplos segmentos da população, em cerca de 3.400 municípios. Nesses espaços foram debatidos os problemas das cidades e apresentadas sugestões com vistas à elaboração das políticas a serem adotadas pelo Ministério das Cidades.

A Conferência Nacional das Cidades foi realizada em outubro de 2003, da qual resultou a criação do Conselho das Cidades e a aprovação das diretrizes para nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

O Conselho das Cidades, com 71 membros titulares, representando os diversos segmentos da sociedade e do poder público, tem como finalidade assessorar, estudar e propor diretrizes para a execução da política urbana nacional. Todas as ações que se pretende tornar efetivas no Ministério são apresentadas para discussão e deliberação a quatro Comitês Técnicos que compõem o Conselho das Cidades: Habitação, Planejamento Territorial Urbano, Saneamento Ambiental, e Transporte e Mobilidade Urbana onde são apresentadas para discussão e deliberação ações que se pretende implementar no Ministério.

O fruto desse processo é a proposta da nova Política Nacional de Habitação, incorporando o conjunto de recomendações consensuadas em suas linhas gerais, no Conselho das Cidades, em especial no Comitê Técnico de Habitação. O Sistema Nacional de Habitação, principal instrumento da PNH, prevê a integração entre os três níveis de governo e com os agentes públicos e privados envolvidos com a questão. E, define as regras que asseguram a articulação financeira, de recursos onerosos e não onerosos, necessária à implementação da Política Nacional de Habitação. Inclui, ainda, a criação de dois subsistemas: o de Habitação de Interesse Social e o de Habitação de Mercado.

A seguir, é detalhado o Sistema Nacional de Habitação (SNH) que se constitui no desenho institucional da Política. O novo sistema terá que ser implantado progressivamente uma vez que depende da adesão de Estados, Distrito Federal e Municípios e da aprovação do marco regulatório que o sustenta.

3.2.1 Mobilização de recursos, identificação da demanda e gestão de subsídio

As desigualdades sociais e a concentração de renda, características da sociedade brasileira, se manifestam fisicamente nos espaços segregados das nossas cidades. Nelas, as carências habitacionais constituem, talvez, o maior problema: a falta de moradia digna para população mais carente, que responde por 92% do déficit habitacional brasileiro (POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2004).

Assim, para enfrentar o problema social, é preciso mais que recursos financeiros. É necessário um programa devidamente estruturado, buscando o comprometimento dos três entes federados e também parcerias com a sociedade civil, através dos grupos organizados.

Para mobilizar os recursos necessários para suprir a precariedade das habitações, tanto no meio urbano quanto rural brasileiro. Foi estruturado o Sistema Nacional de Habitação de forma a viabilizar a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para o enfrentamento do déficit habitacional brasileiro, quantitativo e qualitativo, por meio da articulação de recursos (dos fundos), planos, programas e ações. Outra estratégia adotada pelo governo foi a ampliação da destinação de recursos não onerosos e perenes por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a serem canalizados para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e respectivos fundos habitacionais dos demais níveis de governo, de forma a viabilizar subsídios para a habitação de interesse social.

As peculiaridades de cada região, as diferenças e desigualdades regionais, as desigualdades internas de cada município são aspectos considerados. A carência de infraestruturas e serviços sociais tais como, saneamento, água potável, sistema de esgoto e recolhimento de resíduos sólidos. Localização das moradias, grau de vulnerabilidade social e ambiental fazem parte do processo de identificação das demandas e gestão dos subsídios para sanar a precariedade habitacional.

Uma vez identificada a parcela de população sem capacidade de pagamento da moradia, a Política Nacional de Habitação prevê a promoção e apoio a mecanismos de transferências de recursos não onerosos (na forma de transferência de renda) para atender a parcela de população identificada como pertencente à faixa de população abaixo da linha de pobreza.

3.2.2 Plano Nacional de habitação

O Plano Nacional de Habitação (PlanHab) é um dos mais importantes instrumentos para a implementação da nova Política Nacional de Habitação previsto na Lei 11.124/05, que estruturou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

O plano deverá, portanto, propor ações e programas que atendam ao perfil das necessidades habitacionais estabelecendo critérios para a alocação regional de recursos e indicar áreas prioritárias para execução dos investimentos.

Para implementação dos Planos, União, Estados, Distrito Federal e Municípios deverão alocar nos seus orçamentos dotação suficiente para, em composição com outras fontes, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), equacionar as necessidades habitacionais brasileiras, no prazo e nas condições estabelecidas.

A elaboração dos Planos dos Estados, Distrito Federal e Municípios são de responsabilidade dos gestores governamentais, mas devem ser feitos em estreita interlocução com os sujeitos sociais responsáveis pela sua consolidação e com a participação dos movimentos sociais, organizações não governamentais, universidades, população organizada e agentes executores das ações. Quanto mais democrático e participativo for o processo de construção do plano de habitação, mais força e apoio somar-se-ão à sua execução.

3.3 PRINCIPAIS ASPETOS DA QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL

Diagnósticos realizados sobre a situação habitacional do Brasil, a partir de dados do Censo Demográfico de 2000 e da Pesquisa de Informações Municipais de 2001, do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), constituíram uma das fontes de identificação dos problemas, referindo-se a maioria das informações à situação existente no país no ano de 2000.

Segundo diagnóstico realizado pelo ministério das cidades, em 2004, no Brasil, milhões de famílias estão excluídas do acesso à moradia digna. A necessidade quantitativa corresponde a 7,2 milhões de novas moradias, das quais 5,5 milhões nas áreas urbanas e 1,7 milhões nas áreas rurais. A maior parcela da necessidade habitacional concentra-se nos estados do Sudeste (39,5%) e do Nordeste (32,4%), regiões que agregam a maioria da população urbana do país (2004).

O déficit quantitativo tem se ampliado nas faixas de renda de até dois salários mínimos, fenômeno que se verifica em todas as regiões do País, principalmente nas metropolitanas, e representa cerca de 4,2 milhões de moradias (PNAD, 1999). “Ao mesmo tempo, observa-se certa retração nas faixas acima de cinco salários mínimos, cujo déficit correspondia a 15,7% do total em 1991 e em 2000 passa para 11,8%” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

A ausência de infraestrutura urbana e saneamento ambiental é o maior problema e envolve 10,2 milhões de moradias, ou seja, 32,1% do total de domicílios urbanos duráveis do país têm, pelo menos, uma carência de infraestrutura (água, esgoto, coleta de lixo e energia elétrica), sendo 60,3% nas faixas de renda de até 3 salários mínimos. “Na região Nordeste existe mais de 4,4 milhões de moradias com esse tipo de deficiência, o que representa cerca de 36,6% do total do Brasil” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

No Brasil, quase a metade da população (83 milhões de pessoas) não é atendida por sistemas de esgotos; 45 milhões de cidadãos carecem de serviços de água potável. Nas áreas rurais, mais de 80% das moradias não são servidas por redes gerais de abastecimento de água e quase 60% dos esgotos de todo o país é lançado, sem tratamento, diretamente nos mananciais de água. Esse conjunto de deficiências está presente nos bolsões de pobreza das grandes cidades, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

O serviço de coleta de lixo não atende a 16 milhões de brasileiros. Nos municípios de grande e médio porte, o sistema convencional de coleta poderia atingir toda a produção diária de resíduos sólidos, contudo não atende adequadamente aos moradores das favelas, das ocupações e dos loteamentos populares, devido à precariedade da infraestrutura viária naquelas localidades.

O Brasil se encontra, portanto, com um grande problema no que diz respeito à questão habitacional.

3.3.1 A questão fundiária

As situações de irregularidade fundiária são diversas no Brasil e envolvem ocupações de terrenos públicos ou privados, loteamentos que não passaram por processos de aprovação por parte dos órgãos públicos, e também estão presentes em boa parte dos assentamentos no País.

Estima-se que cerca de 2,2 milhões das casas e cômodos urbanos, no Brasil, encontra-se em situação de inadequação fundiária, o que representa 5,8% do total, percentual que se eleva para 6,7% no total das Regiões Metropolitanas. “É importante ressaltar que a forma de coleta dessa informação no Censo subestima a realidade e que os dados aqui expressam, apenas, uma parte desse universo” (POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO, 2004. p. 19).

O planejamento urbano, a gestão do solo e a regulação urbanística, na maior parte das grandes cidades brasileiras, historicamente estiveram muito mais voltados para o mercado das

classes médias e interesses dos médios e grandes empreendedores, do que para o mercado de baixa renda, o que contribuiu para o processo de segregação urbana e a exclusão territorial da população de baixa renda.

Instrumentos urbanos como Planos Diretores Locais, assim como grandes marcos legais (Lei nº 6766/79) não foram capazes de aumentar a oferta de solo urbanizado para os mercados de baixa renda, o que tem contribuído para o crescimento dos assentamentos precários e loteamentos clandestinos.

O direito à moradia e à propriedade, garantidos pela ordem jurídica do País, que admite várias formas de acesso à propriedade, especialmente após a Constituição de 88 e o Estatuto da Cidade, que inscreveram o direito à moradia, especialmente para os setores de baixa renda, como um dos fundamentos da função social da cidade e da propriedade, não foram totalmente incorporados às práticas administrativas dos Municípios, Estados, Distrito Federal e União, e no posicionamento do poder judiciário em processos de regularização.

Ao longo dos anos, a dinâmica do processo de ocupação do solo urbano e rural, em muitos municípios do País, levou à constituição de novos bairros e centralidades gerando, além da expansão horizontal e da fronteira urbana, ao paulatino esvaziamento dos centros tradicionais que perderam população e atividades.

O número de domicílios urbanos vagos no País vem crescendo. Entre 1991 e 2000 houve um aumento de 55%. Em 2000 havia 4,6 milhões de domicílios urbanos vagos, dos quais dois milhões e 250 mil situados em aglomerados metropolitanos, especialmente nas áreas centrais, e 1,5 milhões na zona rural. “Nas Regiões Metropolitanas do Sudeste, os imóveis vagos são em números superiores às necessidades habitacionais” (IBGE, 2000).

Ainda que não se tenha informações qualificadas, é evidente que esses imóveis não estão, necessariamente, ajustados à demanda habitacional tanto no que se refere à sua adequação para moradia, como para atendimento aos grupos sociais mais carentes, com baixos rendimentos, nos quais se concentra o maior déficit habitacional.

No Brasil, nas áreas urbanas, aproximadamente 21 milhões de pessoas mora em imóveis alugados, o que representa 17% do total de domicílios existentes. O ônus excessivo com o aluguel, que compromete 30% ou mais do rendimento das famílias urbanas, é um dos principais problemas da locação para fins de moradia. Em 2000, havia 1,2 milhões de famílias com rendimentos de até três salários mínimos, nessa situação.

A ausência de informações abrangentes e sistematizadas, de âmbito nacional, sobre as características dos domicílios e da população residente em cortiços – habitação coletiva de

aluguel utilizada especialmente pela população de baixa renda para ter acesso à moradia – tem dificultado o conhecimento dessa realidade.

O crescimento de aluguel de cômodos em favelas mais consolidadas e em áreas periféricas é outro fenômeno que tem se intensificado, contribuindo para o adensamento desses assentamentos. Apesar desse fenômeno demonstrar, por um lado, alguma capacidade de pagamento de uma parcela da população de baixa renda, por outro, ele expõe uma certa irracionalidade do mercado de locação, que não se demonstrou eficaz em equilibrar a oferta (representada pelos imóveis vagos) com a demanda mais necessitada (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

3.3.2 Assentamentos precários

Os limites estruturais do mercado de moradias para oferta de habitações em número suficiente, com qualidade e localização adequadas sob os aspectos ambientais e sociais, combinados com a ausência de políticas públicas que tenham como objetivo ampliar o acesso aos espaços já estruturados, tem levado um contingente expressivo da população brasileira a viver em assentamentos precários marcados pela inadequação de suas habitações e pela irregularidade no acesso à terra, comprometendo a qualidade de vida da população e provocando a degradação ambiental e territorial de parte substantiva das cidades.

Conforme IBGE, as taxas de crescimento dos domicílios favelados superam, e muito, as taxas de crescimento dos domicílios totais no País. Entre 1991 e 2000, enquanto a taxa de crescimento domiciliar foi de 2,8%, a de domicílios em favelas foi de 4,18% ao ano. Entre 1991 e 1996 houve um aumento de 16,6% (557 mil) do número de domicílios em favela, passando para 22,5% (717 mil) entre 1991 e 2000. De acordo com o IBGE, em 2000 havia no Brasil 3.905 favelas com um total de 1.644.266 domicílios.

A produção informal de moradias precárias é claramente denotada pelo crescimento das favelas e loteamentos irregulares em assentamentos ilegais, sendo esta a forma hegemônica de estratégia adotada pela própria população nas faixas de mais baixa renda. Esse fenômeno revela o baixo alcance das políticas públicas implementadas ao longo de décadas, em que o déficit vem se avolumando.

Os assentamentos precários também têm ocorrência no meio rural, onde famílias sem condições de trabalho e renda constroem moradias suas casas, próximas a áreas de preservação permanente, e em outros locais considerados impróprios para os cultivos.

3.4 INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO

Para tornar operante a política nacional de habitação foram articulados diversos instrumentos, dentre eles o Sistema Nacional de Habitação que, por meio de ações integradas nos três níveis de governo, juntamente com a participação dos conselhos, tem a meta de superar o déficit habitacional existente no país.

Cabe ao Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), a responsabilidade pela formulação da Política Nacional de Habitação em articulação com a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e com as políticas ambientais e de inclusão social.

A implementação da Política Nacional de Habitação e dos programas definidos pelo Ministério das Cidades conduz de forma muito clara a necessidade de interlocução do Ministério das Cidades com os Conselhos, para estabelecer e regular as interfaces relacionadas com aspectos financeiros e de gestão do SNH. Entre outros, destacam-se o Conselho das Cidades, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Conselho do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT).

3.4.1 Os agentes do Sistema Nacional de Habitação

A Caixa Econômica Federal (CEF) continuará desempenhando o papel de agente operador do FGTS. Além disso, irá assumir o papel de agente operador do Fundo Nacional de Habitação e atuará como instituição depositária cuja responsabilidade se dá na aplicação dos recursos do FNHIS e na realização das transferências “fundo a fundo”. Para tanto, definirá os procedimentos operacionais necessários à aplicação dos recursos do FNHIS, com base nas normas e diretrizes de aplicação elaboradas pelo Conselho Gestor e pelo Ministério das Cidades.

Como um dos agentes financeiros do Subsistema de Habitação de Interesse Social, a Caixa desempenhará o papel de analista da capacidade aquisitiva dos beneficiários a serem atendidos com recursos originários de fontes onerosas (especialmente os provenientes do FGTS). No processo de concessão do crédito, a CEF deverá respeitar os princípios da Política Nacional de Habitação, de modo a garantir recursos para as faixas de renda, programas e modalidades de atendimento às demandas prioritárias, evitando-se as distorções hoje existentes no processo de operacionalização do financiamento.

Os agentes financeiros atuarão na concessão e administração de créditos e subsídios. A institucionalização dessa rede de agentes, além de contribuir para ampliar as oportunidades de trabalho em várias empresas e organizações, será essencial para a criação de uma saudável concorrência, que poderá gerar.

O Banco Central do Brasil terá a função de fiscalizar as entidades de natureza financeira integrantes do Sistema Financeiro da Habitação, em consonância com as diretrizes da PNH, articulando com o Ministério das Cidades.

Em consonância com as diretrizes da PNH, O Conselho Monetário Nacional deverá exercer as atribuições de regulação e controle do Sistema Financeiro da Habitação, do Sistema Financeiro do Saneamento e dos sistemas financeiros conexos, subsidiários ou complementares.

O Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) receberá todos os recursos de origem fiscal destinados à habitação que serão objeto de inscrição no OGU, incluindo as emendas parlamentares. A União, a seu critério, poderá reforçar esses aportes mediante a contratação de empréstimos externos e de outras operações por ela realizadas. O FNHIS será composto também de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), de contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais, de receitas operacionais, patrimoniais e financeiras de operações realizadas com recursos do FNHIS.

3.5 PHPE - PROGRAMA HABITACIONAL POPULAR ENTIDADES - MINHA CASA MINHA VIDA

O Programa Habitacional Popular – Minha Casa Minha Vida - Entidades – PMCMV- tem como objetivo atender as necessidades de habitação da população de baixa renda nas

áreas urbanas e áreas rurais, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade.

O Programa funciona por meio da concessão de financiamentos a beneficiários organizados de forma associativa por uma Entidade Organizadora – EO (Associações, Cooperativas, Sindicatos e outros), com recursos provenientes do Orçamento Geral da União, aportados ao Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).

O Programa pode ter contrapartida complementar de estados, do Distrito Federal e dos municípios, por intermédio do aporte de recursos financeiros, bens e/ou serviços economicamente mensuráveis, necessários à composição do investimento a ser realizado. Atualmente são disponibilizados R\$ 12.000,00 para construção de casas novas por esse programa.

4 O LÓCUS DA PESQUISA

4.1 CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO (RS)

A área escolhida para a realização da pesquisa foi o município de Campo Novo, Estado do Rio Grande do Sul. Pertencente ao Corede Celeiro (FIGURA 3, p.46), composto por 21 municípios, abrangendo uma área de 222 km² (IBGE; Censo, 2010). Em seu contexto sócio-espacial, o município de Campo Novo possui dois povoados: Vila Turvo e Vila industrial. Os acessos ao município são via BR 468 e RS 518, 210 e 155 com as coordenadas geográficas na sede de S27°40'40,53", WO53°48'12,88" e 423 metros de altitude do ponto de visão.

A maior parte da área é plana. Propícia para cultivos altamente mecanizados. O processo de irrigação, com uso de pivôs está presente nas áreas com maior tecnificação cujos cultivos anuais são prioritariamente soja, milho e trigo.

O sistema de produção de grãos mecanizado é, por excelência, poupador de mão-de-obra. Nas áreas periféricas do município, que margeiam o Rio Turvo e alguns pontos isolados dentro das áreas maiores o sistema de produção é diversificado. Essa constatação reforça a abordagem de que a agricultura familiar está associada à dimensão espacial do desenvolvimento, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura.

Todavia, em Campo Novo, é expressivo o número de famílias rurais em vulnerabilidade social (MDS, 2010). Conforme Carneiro e Maluf (in BOTELHO, 2005), o número de residentes no meio rural, no Brasil, com poucas condições de desenvolver uma agricultura comercialmente competitiva é significativo, cabendo um repensar do sistema de financiamento e custeio para as atividades agrícolas.

Considerando a noção da multifuncionalidade na definição de instrumentos e políticas públicas permitiria reconhecer, estimular e valorizar formas de inserção social dessa população, resgatando-lhe também um sentido de cidadania. Ao identificar as diversas possibilidades de contribuição dessas famílias para a sociedade estaremos, também, “reconhecendo o direito delas ao trabalho, reconhecendo sua importância social e possibilitando seu acesso aos bens e serviços socialmente produzidos” (BONNAL; CAZZELA; MALUF, p. 222, 2008).

Segundo a contagem populacional 2010 (IBGE), dos 5.459 habitantes de Campo Novo, 4.109 moram na zona urbana e, correspondendo a 75,27% do total da população de Campo Novo. A mão-de-obra excedente do meio rural não encontra ocupação e remuneração no contexto urbano do município, gerando cinturões de pobreza e grande número de famílias dependentes de programas sociais (como o bolsa família) e de governo para sobreviver.

Conforme dados preliminares do IBGE, censo agropecuário (2006) existe, atualmente, 321 estabelecimentos rurais no município de Campo Novo. Em 1996 eram 441 estabelecimentos. Em 10 anos foi registrada uma redução de 24,5% da população total. Conforme o IBGE (2007), das 16.038 hectares de área dos estabelecimentos rurais, 13.700 hectares são usadas no cultivo de soja.

Portanto, o sistema agrário de Campo Novo é voltado para a produção de grãos. Na atividade leiteira aparecem 192 estabelecimentos (IBGE, 2007). Entretanto, a média de produção leite/vaca/dia é baixa, por falhas no manejo e alimentação insuficiente. Isso pressupõe muitas famílias inseridas na produção de leite como atividades de renda ainda continuam usando a mesma área para o cultivo de soja em detrimento da alimentação dos animais.

Na maioria das propriedades de pequeno porte (até dois módulos fiscais, 40 hectares) encontram-se problemas de manejo do solo, baixa capacidade de investimento e, ainda a insistência no plantio da soja em pequenas áreas. Convém salientar que algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas pelas famílias de agricultores que, além de obter sua renda do setor agropecuário, diferentemente da agricultura patronal, residem na propriedade, sendo esta uma das características básicas da categoria social classificada como Agricultura Familiar. Segundo Abramovay (2002), para esse público, o apoio do Estado é primordial para favorecer que a agricultura familiar preencha uma série de requisitos, dentre os quais realizar o fornecimento de alimentos baratos e de boa qualidade à sociedade, bem como, reproduzir-se como forma social engajada nos mecanismos de desenvolvimento rural. A agricultura familiar, segundo o mesmo autor,

[...] é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho (ABRAMOVAY, 1992, p.22-127).



FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO/RS (IBGE)

Na imagem acima (FIGURA, 3), está localizado o município de Campo Novo, na região do Corede Celeiro, microbacia hidrográfica do Rio Turvo, U-30.

A partir da década de 1980 foram modificadas as formas organizacionais e produtivas na agropecuária Camponovense, resultantes da expansão da soja nas áreas de relevo plano deste município. Essa transformação no espaço agrário de Campo Novo foi um dos fatores que contribuiu para a diminuição da população rural do município e, em contrapartida, para a expansão da população urbana. As famílias vêm sendo expulsas, gradativamente, do meio rural, em virtude da baixa renda do trabalhador rural. Além da redução da população rural do município de Campo Novo, ocorreu o fenômeno de redução da população total do município a partir da década de 1980. Conforme IBGE, de 1991 a 2010 o município de Campo Novo passou de 10 mil habitantes para 5.459, representando uma redução de 45,41%.

No município de Campo Novo, do total de 72.909 milhões de PIB valor adicionado, o setor de serviços representa 57,48%, correspondendo a 41.909 mil. O setor agropecuário contribui com 31,38% o correspondente a 22.882 mil e a indústria contribui com 11,12 %, 8.111 mil, do total do PIB valor adicionado (IBGE, 2008). Segue uma tendência do Brasil, onde o setor de serviços tem maior participação.

4.2 CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E RENDA EM CAMPO NOVO

A falta de novas oportunidades de geração de emprego e renda numa pequena cidade pode estar associada a muitas variáveis econômicas. Entre elas merece destaque a sua estrutura produtiva.

Outro fator relevante para analisar o grau de concentração de renda em Campo Novo é o grau de pobreza. Devido as políticas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, esse processo está sendo amenizado, entretanto, dados de novembro/2010 expressam que 9% da população de Campo Novo, recebeu o benefício do Bolsa Família, o equivalente a 525 benefícios (MDS, 2010). Daí pode-se deduzir que o percentual de pessoas em situação vulnerável é bastante alto no município de Campo Novo. Segundo o Mapa da Pobreza (IBGE, 2003), o grau de pobreza no município de Campo Novo chega a 30%. Assim, programas como o Bolsa família são determinantes no dia-a-dia das famílias em situação de vulnerabilidade social, garantindo o mínimo necessário a sobrevivência das mesmas. Convém ressaltar que, no meio rural, encontram-se em torno de 60 famílias que acessam o programa bolsa família.

Algumas iniciativas de diversificação da produção, outras formas de renda, baseadas na pluriatividade, vêm ganhando espaço no município de Campo Novo e região. Começam a surgir organizações de produção e comercialização com o processo de diversificação. Surgem agroindústrias familiares, produção de hortifrútícolas cujas atividades representam para as famílias rurais uma forma de resistência ao processo de exclusão. Através de suas organizações, sindicatos, cooperativas e associações as famílias rurais propõem, junto aos gestores, processos de desenvolvimento pautados na valorização e incentivo a produção local. Iniciando um processo de transição das monoculturas como soja e trigo para a diversificação da produção.

Para atingir esses objetivos será preciso reconsiderar as prioridades do orçamento público nos três entes federados (município, estado e união), culminando com a formulação e implementação de políticas públicas integradoras. Repensar as relações entre o rural e o urbano, promovendo o eficiente uso dos recursos locais, podendo o rural tornar-se gerador de postos de trabalho para a mão-de-obra ociosa na cidade. A formulação de pactos territoriais em negociações envolvendo governo, empresariado e sociedade, inclusive consumidores, com a adoção de tecnologias limpas, substituição das monoculturas por sistemas rotacionais são importantes estratégias de desenvolvimento local e territorial.

Nesse prisma, políticas públicas direcionadas para melhorias nas infraestruturas e condições de habitação no meio rural e urbano são determinantes para que haja avanços na

igualdade social e satisfação das famílias no espaço onde residem. Fialho e Waquil (2008) ressaltam que os aspectos que são levados em conta pela população para descrever ou traduzir a sua satisfação ou não em viver no rural são próprios e particulares de cada sociedade (visão de mundo, cultura) e que não devem ser identificados somente pela geração de riqueza.

Schneider e Conterato (2006, p. 4) destacam que “a preocupação com o emprego e as formas de ocupação continua a ser uma variável fundamental a ser considerada nos projetos de desenvolvimento rural”. Ambos afirmam que se o poder público tem a finalidade de estancar ou reverter o êxodo rural, não serão aspectos relacionados à geração de riqueza que fixarão a população no rural, mas a satisfação em viver num ambiente aprazível e que possibilite vislumbrar o futuro com certa segurança.

5 CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPO NOVO/RS.

5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DE CAMPO

5.1.1 Metodologia da pesquisa

Para desenvolver a presente pesquisa, foram utilizados instrumentos de investigação empírica (entrevistas, observação participante, imagens) e também a pesquisa bibliográfica em diversos meios tais como: livros, revistas, periódicos, jornais, internet e outras possíveis, no intuito de sustentar e comprovar os dados levantados. A pesquisa a ser desenvolvida será de caráter exploratório-descritiva, priorizando o viés qualitativo no estudo de caso para o qual serão realizadas análises empíricas e teóricas.

Optou-se por entrevistar três famílias que acessaram o programa de habitação, abrangendo três comunidades do município de Campo Novo. Além disso, foram realizadas entrevistas com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, buscando conhecer os mecanismos de organização e execução dos projetos de habitação rural, conduzindo à uma análise qualitativa quanto ao uso dos recursos, isto é, verificar a sua influência nos processos de melhoria do meio rural e suas conexões com o desenvolvimento local.

5.1.2 Condições de moradia no município de Campo Novo/RS

Quanto às condições de moradia, no espaço rural de município de Campo Novo, verifica-se certa diferenciação. Muitos agricultores não têm condições de realizar melhorias para usufruir do conforto proporcionado por uma construção habitacional mais moderna. Varias residências encontram-se em estado precário de conservação, considerando os seguintes quesitos: paredes com reboco solto e sem pintura, telhados danificados, pisos rústicos (piso batido ou cimentado grosso) (FIGURA 11, p. 58). Construções consideradas pela engenharia (COOPERHAF, 2010) de baixo padrão, inclusive algumas, apresentado riscos de desabamento.

Pelos dados do IBGE (CENSO, 2010), dos 2.035 domicílios particulares de Campo Novo, 137 domicílios estão vagos. Em análise dos fatores que ocasionam essa vacância de domicílios podem estar várias razões. Dentre elas, que muitas famílias migraram para outras regiões em busca de trabalho e renda, conforme demonstra a redução no total de população, já mencionada anteriormente neste trabalho.

Observa-se que vem ocorrendo uma aglomeração de pessoas em áreas verdes do município, nos arredores do perímetro urbano. Moradias em condições precárias sendo construídas próximas à sanga que corta a cidade, onde é impossível efetuar um programa de construção e melhorias das habitações. Para viabilizar a construção de casas para as famílias que estão em situação de vulnerabilidade, é necessário realizar um loteamento, deslocando as populações para um espaço adequado, com construções em consonância com a legislação ambiental. Porém, esse processo depende de um plano de habitação bem elaborado e, também, de negociações junto às famílias que não querem ficar longe dos vizinhos com os quais já estão acostumadas.

Segundo Teixeira (1997 apud TOLEDO 2009), o rural qualifica tudo que pertence ao campo englobando o que é agrícola e não-agrícola: população, hábitat, espaço. Nesse sentido, o espaço rural não significa apenas uma localização referente ao campo, mas uma forma de organização social com atividades e modo de vida específica. Wanderley (2001) entende o rural como:

Um modo particular de utilização do espaço e de vida social. (...) entendido ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (p.01).

Como o processo de urbanização ocorreu sem que houvesse infraestrutura para receber a população que perdia espaço no campo devido à implantação das monoculturas e uso ampliado de maquinários em substituição a mão-de-obra braçal, os problemas de saneamento, desemprego e pobreza foram se avolumando tanto no meio rural quanto no meio urbano do município de Campo Novo. A densidade demográfica média é de 25 hab/km. A taxa média de analfabetismo de 11,01%, sendo que a expectativa de vida varia de 68,47 anos a 75,90 anos no município em estudo. O PIB per capita médio dos municípios do Corede Celeiro em 2007, conforme IBGE é de: R\$ 13.290,00.

Conforme IBGE (2010), atualmente existem 321 estabelecimentos rurais em Campo Novo, com a predominância do cultivo de *commodities* como a soja e milho. Conforme já mencionado anteriormente, das 16.038 hectares de área dos estabelecimentos rurais, 13.700 hectares são usadas no cultivo de soja.

Ainda na introdução, mencionou-se a questão sobre o desenvolvimento rural, cuja importância não deve ser negada, porém não é possível discutir o rural excluindo o urbano, espaço que lhe é próximo e articulado, representando, na maioria das vezes, a sua fonte de dinamismo maior. Como também já disse anteriormente, a grande vantagem de se pensar políticas territoriais para o desenvolvimento local é a possibilidade de superar tanto o enfoque setorial (agrícola/não-agrícola) como a falsa separação rural-urbano.

A separação entre o que é rural e urbano no Brasil, a exemplo do que já aconteceu com os países desenvolvidos, também passa a se tornar cada vez mais desnecessária diante de uma realidade cada vez mais complexa, que demonstra que estes conceitos se interpenetram mais a cada dia. De fato, é impossível realizar um recorte espacial perfeito diante de toda a complexidade de uma realidade composta por diferentes níveis de integração e distanciamento entre os espaços rurais e urbanos (REIS, 2005, p. 12).

Gilberto Freire (1982) traz a ideia de uma fusão entre as culturas rurais e urbanas, mas, dependendo das condições de transporte, infraestrutura e distribuição dos serviços básicos, tanto uma região como a outra podem ter praticamente toda a população residindo na sede do município, a cidade, por ser esse o único local onde se pode ter acesso à água potável, luz elétrica etc.

Há que se modificar a imagem trágica do nosso homem do campo. A terrível imagem do trabalhador da Zona da Mata. Do homem triturado nas engrenagens do latifúndio e da monocultura. (...) O Governo pretende reabilitar o camponês, começando pela casa. Oferecer-lhe a segurança e a dignidade de um lar, arrancando-o da tapera, da indigência envilecedora das tocas de barro, como se fosse mais animal do que gente, totalmente alienado do quadro de riqueza que ajuda a criar, com o seu suor e sangue. Evidentemente, com a casa o Estado pretende levar todo um complexo de civilização, a água tratada, a fossa, a luz elétrica, o posto médico, a escola. É como se efetivasse um salto no tempo, espanando lodo ignóbil de décadas de abandono e esquecimento. (apud GRAZIANO, MDA, 2001, p. 21).

(...) uma moderna política social, de extensão nacional, de rururbanização, em que valores urbanos sejam introduzidos entre gentes rurais, sem que essas introduções importem em urbanizações, e sim em conciliações de seus valores com permanências rurais. (apud GRAZIANO, MDA, 2001p. 24).

Mesmo considerando a importância de fazer recortes espaciais como um critério importante para formulação de políticas públicas, sobre essa questão do rural e urbano versa Reis (2006):

Se as diferenças entre os espaços rural e urbano no Brasil são cada vez menores, estas ainda se apresentam grandes no que diz respeito ao acesso a alguns bens e serviços fundamentais. Silva (1998, p.1) demonstra que “não se trata das condições para o chamado acesso à modernidade, como o telefone, por exemplo; estamos falando de carências básicas como não dispor de água potável e ser analfabeto”. Nesse sentido, torna-se importante que as discussões referentes ao que seja rural e urbano no Brasil tenham um enfoque direcionado à formulação de políticas públicas, na busca de amenizar os problemas que permeiam essas realidades (p. 11-12).

No caso de Campo Novo e de muitos outros municípios com características rurais, a presença do mundo rural com indicadores como o peso da população rural, a presença de pessoas vivendo nas áreas urbanas e trabalhando na área rural e a proporção das pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias sobre o conjunto das pessoas ocupadas é um aspecto evidente.

Dessa forma, a separação rural-urbano no município de Campo Novo, como na totalidade dos 21 municípios da região celeiro, é bastante difícil uma vez que a predominância das paisagens naturais e das relações sociais de interconhecimento levam a crer que trata-se de uma região composta por municípios com características rurais.

A separação entre o que é rural e urbano no Brasil, a exemplo do que já aconteceu com os países desenvolvidos, também passa a se tornar cada vez mais desnecessária diante de uma realidade cada vez mais complexa, que demonstra que estes conceitos se interpenetram mais a cada dia. De fato, “é impossível realizar um recorte espacial perfeito diante de toda a complexidade de uma realidade composta por diferentes níveis de integração e distanciamento entre os espaços rurais e urbanos” (REIS, 2005, p. 12).

Gilberto Freire (1982) traz a idéia de uma fusão entre as culturas rurais e urbanas, mas, dependendo das condições de transporte, infraestrutura e distribuição dos serviços básicos, tanto uma região como a outra podem ter praticamente toda a população residindo na sede do município, a cidade, por ser esse o único local onde se pode ter acesso à água potável, luz elétrica etc.

Há que se modificar a imagem trágica do nosso homem do campo. A terrível imagem do trabalhador da Zona da Mata. Do homem triturado nas engrenagens do latifúndio e da monocultura. (...) O Governo pretende reabilitar o camponês, começando pela casa. Oferecer-lhe a segurança e a dignidade de um lar, arrancando-

o da tapera, da indigência envilecedora das tocas de barro, como se fosse mais animal do que gente, totalmente alienado do quadro de riqueza que ajuda a criar, com o seu suor e sangue. Evidentemente, com a casa o Estado pretende levar todo um complexo de civilização, a água tratada, a fossa, a luz elétrica, o posto médico, a escola. É como se efetivasse um salto no tempo, espanando lodo ignóbil de decênios de abandono e esquecimento. (p. 17, apud GRAZIANO, MDA, 2001, p. 21).

Mesmo considerando a importância de fazer recortes espaciais como um critério importante para formulação de políticas públicas, sobre essa questão do rural e urbano versa Reis (2006):

Se as diferenças entre os espaços rural e urbano no Brasil são cada vez menores, estas ainda se apresentam grandes no que diz respeito ao acesso a alguns bens e serviços fundamentais. Silva (1998, p.1) demonstra que “não se trata das condições para o chamado acesso à modernidade, como o telefone, por exemplo; estamos falando de carências básicas como não dispor de água potável e ser analfabeto”. Nesse sentido, torna-se importante que as discussões referentes ao que seja rural e urbano no Brasil tenham um enfoque direcionado à formulação de políticas públicas, na busca de amenizar os problemas que permeiam essas realidades (p. 11-12).

5.2 POLITICA PÚBLICA “HABITAÇÃO RURAL FEDERAL”: SEUS DESDOBRAMENTOS NO MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO-RS

5.2.1 Fontes dos recursos do Programa Nacional de Habitação Rural

Os primeiros projetos de habitação em 2004, no município de Campo Novo, foram efetivados através da Caixa econômica federal, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, com garantia caução. Este tem por objetivo conceder financiamentos imobiliários com subsídios concedidos diretamente aos beneficiários finais, pessoas físicas, aposentados (as) rurais, agricultores (as) familiares e assalariados.

As operações foram contratadas mediante a constituição do grupo de beneficiários reunidos em torno de uma entidade organizadora, no caso de Campo Novo, a FETRAFSUL e STR, através do STR/COOPEHRAF.

Pode participar do programa nas modalidades de reforma e ampliação e construção de casas novas, famílias de agricultores, assalariados(as) e aposentados(as) rurais, sendo que o

enquadramento fica a cargo do STR e da EMATER, através da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Outra modalidade do Programa de Habitação refere-se ao Programa de Subsídio de Habitação de Interesse Social – PSH, através do Banrisul, onde as famílias têm um subsídio de em torno de R\$ 7.000,00, podendo ser financiada até essa quantia para pagamento em 72 prestações mensais, com taxas de juros anual efetiva de 6,17%.

No que se refere ao Programa Minha Casa Minha Vida, com recursos do Orçamento Geral da União, para o meio rural, foram executados os primeiros projetos no município de Campo Novo no ano de 2010. O Programa Minha Casa Minha Vida tem como objetivo atender às necessidades de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas e rurais, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade.

No município de Campo Novo, o programa habitação começou a ser implementado no ano de 2004, incluindo até 2010, melhorias na habitação, através de reformas, ampliações e construção de casas novas para 67 famílias de agricultores, como veremos a seguir:

Volume de recursos do Programa Nacional de Habitação aplicados no meio rural no município de Campo Novo no período de 2004-2010.

Ano	Nº de beneficiários	Volume de recursos (R\$) disponibilizados pelo programa de habitação
2004	19	258000,00
2005	10	120000,00
2006	09	117000,00
2007	09	118000,00
2008	07	105000,00
2009	08	145000,00
2010	05	85000,00

Tab. 1 – fonte de dados (STR/2010)

Conforme tabela acima, verifica-se o volume de recursos disponibilizados pelo Programa Nacional de Habitação, no período de 2004-2010 foi de 975.000,00. Desse montante, em torno de 50% foi na forma de subsídio, ou seja, os mutuários não precisaram o valor subsidiado. Ressaltamos que a partir desse volume de recursos disponibilizados pelo Programa de Habitação, através de fontes do Orçamento Geral da União e também do Fundo

de Garantia por Tempo de Serviço, abriu-se a possibilidade de novos investimentos por parte dos agricultores. Além disso, desencadeou um processo de dinamização da econômica local, com geração de emprego no setor da construção civil e no comércio local, principalmente nas lojas de materiais de construção.

5.2.2 O projeto “Caprichando a Morada”

O Projeto “Caprichando a Morada”, desenvolvido pela Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF), com sede no Município de Sarandi/RS, prevê a execução de obra em unidades habitacionais no RS. Em conjunto com as organizações de agricultores, Sindicados de Trabalhadores Rurais ou Cresóis são implementadas ações de sustentabilidade social relativas à moradia e as atividades produtivas dos agricultores familiares na região de abrangência da FETRAFSUL.

O Projeto habitacional “Caprichando a Morada” compreende a sensibilização dos agricultores sobre os programas habitacionais; a elaboração dos projetos técnicos de engenharia e social, mobilização e inclusão dos agricultores no sistema sindical e bancário.

Faz parte do projeto encontros de capacitação sobre cooperativismo, produção para o autoconsumo, sustentabilidade da propriedade, ambiente saudável, saneamento básico, relações de gênero, juventude e convivência entre gerações, idosos. Ainda, planejamento financeiro da propriedade, relações sociais e construção da moradia onde são trabalhadas atividades sobre noção de engenharia.

Conforme reiterou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Novo:

Não é só a casa, junto com as reformas ou construção de casa nova, se for o caso, vem um conjunto de ações para proporcionar formação e orientação aos agricultores. Assim além de produzir alimentos a agricultura familiar no seu conjunto terá condições de melhorar e valorizar as suas habitações (ENTREVISTA, 08/12/ 2010).

Conforme relata o presidente dos Trabalhadores Rurais de Campo Novo/RS, o Programa de Habitação para o meio rural, não compreende somente as melhorias na casa em si. “A casa é o ponto de partida para pensar outras ações que transcendem ao projeto de habitação. Propõe criar condições socioeconômicas aos beneficiários e trazer os associados da

COOPERHAF para dentro dos Sindicatos através de programas de formação e orientação” (ENTREVISTA, 08/12/2010).

Além do espaço de produção, com o Programa da Habitação Rural, inicia-se um processo de desmistificação e revalorização do rural, buscando superar a supervalorização do ambiente urbano, como espaço de ascensão social em detrimento do espaço rural. Nesse ponto, convém ressaltar que políticas públicas destinadas para suprir necessidades básicas da população rural irão colocá-la numa situação de igualdade de acesso a bens e serviços sociais.

A seguir, uma ilustração sobre a moradia de uma das entrevistadas. Embora tenha sido construída a casa nova, a casa antiga permanece. A Casa nova foi construída numa área pertencente à filha do casal. Conforme nos relatou a Senhora Ivone Knop, o objetivo principal de construir uma nova casa era garantir um espaço para a permanência da filha. Entretanto a filha foi morar noutra cidade com o marido. Em consequência, o casal passou a residir na casa nova, deixando a casa velha para os funcionários que trabalham com a família na atividade leiteira. Pela fala da senhora Ivone, é possível perceber que mantém a esperança que a filha volte a residir na propriedade, mesmo que não trabalhe na agricultura.

A figura (6) ilustra a casa velha da família Knop. Uma casa de madeira precisando de pequenas reformas.

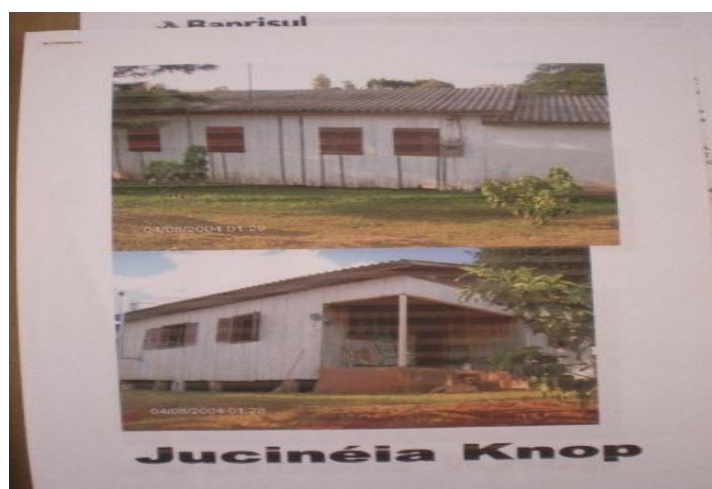


FIGURA 4 - CASA VELHA (STR/2004)

A figura (7) ilustra a casa nova, construída no nome da filha no intuito de incentivar a permanência do jovem casal junto à unidade de produção familiar. Fato que ainda está pendente, uma vez que atualmente a filha e seu cônjuge residem noutra município. Entretanto, existem perspectivas de que o jovem casal volte a residir na propriedade da família, cuja filha é a única herdeira.



FIGURA 5 - CASA NOVA DA FAMÍLIA KNOP (DADOS DE CAMPO, 2010)

O Projeto Social é utilizado como um instrumento que realiza reuniões de sensibilização, visitas domiciliares e encontros com os beneficiários. Apresenta-se como possibilidade de inclusão àqueles que, historicamente, ficaram à margem das políticas públicas habitacionais no país. Nos encontros de capacitação, além dos estudos dos cadernos, são narradas histórias de vida, dificuldades, conquistas e superação diante dos percalços da vida.

O Programa de Habitação Rural, através do projeto “Caprichando a Morada” traduz para os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de demais organizações vinculadas ao meio rural, uma importante estratégia e oportunidade de fazer o trabalho de base. Uma vez que o processo é, por excelência, de mobilização e sensibilização.

Como um instrumento que realiza reuniões de sensibilização, visitas domiciliares e encontros com os beneficiários, o Projeto Social se apresenta como possibilidade de inclusão àqueles que historicamente ficaram em segundo plano nas políticas públicas habitacionais no país. Enfim, pensar em moradia é mais que a casa. É pensar em dignidade à família, na qualidade de vida, na produção de alimentos saudáveis e para a subsistência, no bem estar e melhoria da auto-estima, no embelezamento das propriedades. Pensar em tudo isso é pensar nas mãos que alimentam a nação. É pensar na Agricultura Familiar como a nossa casa (IMPrensa FETRASUL, 14/01/2009).

5.2.3 O papel dos agentes financeiros, articuladores, técnicos e beneficiários

O Sistema Nacional de Habitação é formado por uma rede descentralizada e especializada de agentes financeiros, promotores e técnicos que garantirá a capilaridade do sistema e possibilitará uma atuação em todo o território nacional, compatível com as necessidades de habitação e intervenção urbana existentes no País.

Nesse prisma, o STR tem um importante papel na viabilização dos projetos cabendo à entidade fazer a seleção e o enquadramento dos beneficiários, associar os beneficiários a COOPERHAF com o devido recolhimento das taxas e cotas- parte correspondente. Também tem a incumbência de orientar os beneficiários das normas do programa.

As ações do Projeto Técnico Social são organizadas pelo STR que busca apoio junto às parcerias (EMATER, Agentes financiadores, COOPERAHF, FETRAF, CRESOL). Cabe também ao STR, mediar a organização das famílias beneficiadas para a aquisição de materiais de construção coletivamente para barganhar menor preço, buscando também apoio do poder público local. Conforme o presidente do STR de Campo Novo, “organizados para a aquisição de material de forma coletiva os agricultores conseguem um preço final melhor e também passam a ser mais respeitados no comércio local” (ENTREVISTA, 08/12/ 2010).

Os agentes promotores serão decisivos para efetivar uma variedade de programas e projetos em todo o território nacional, atuando em ambos os subsistemas. A descentralização, princípio básico na estratégia estabelecida, exige uma rede formada por agentes promotores estatais, como as COHABs, privados (empresas) e públicos não estatais, como as cooperativas, associações e ONGs. É importante que a promoção não se restrinja apenas aos operadores públicos e inclua uma ampla gama de iniciativas de outra esfera.

Esses agentes terão suas atividades voltadas para a organização da demanda, a identificação de áreas para empreendimento de moradia, a elaboração de projetos e a execução das construções. Para captar recursos junto ao SHIS, os agentes promotores terão de compatibilizar os projetos com os Planos de habitação.

Os agentes técnicos, entidades privadas e organizações não governamentais exercerão papel relevante no adequado equacionamento da questão habitacional. Prestarão serviços nas diferentes áreas relacionadas à habitação, garantindo assessoria técnica aos agentes promotores ou diretamente à população, em programas públicos.

A Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar (COOPERHAF) está comprometida em dispor de equipe técnica e assumir a responsabilidade do projeto, execução e conclusão das obras. Além disso, cabe a COOPERHAF, coordenar a participação de todos os envolvidos (as) na execução do empreendimento de forma a assegurar o cumprimento das

etapas e harmonia na efetivação do projeto e na disponibilização dos recursos necessários a sua execução. Em suma, cabe a COOPERHAF a coordenação geral do programa a ser implementado na sua região de abrangência, orientando os dirigentes e prestando assessoramento técnico quanto às exigências e prerrogativas do Programa de Habitação Rural.

As instituições financeiras e os agentes financeiros do SFH serão habilitados no Subsistema de Habitação de Interesse Social (SHIS). A ampliação da gama de agentes financeiros garantirá maior capilaridade e menor custo nas operações de concessão e administração de créditos e subsídios. Cabe aos agentes financeiros providenciar com eficiência a disponibilização dos recursos mediante documentos necessários.

À família que aderir ao Programa de Habitação cabe a tarefa de participar de todas as etapas inerentes ao projeto. Providenciar a documentação necessária e efetuar a aquisição dos materiais necessários à execução do seu projeto. Além disso, acompanhar a obra e no caso de alguma irregularidade comunicar o STR que tomara as providências cabíveis.

A família beneficiária tem a incumbência de organizar o jardim, a horta, o pomar, o espaço para criação de animais e aves. Também organizar de forma adequada conforme orientação nos encontros de capacitação, os galpões para depósito de equipamentos, ferramentas e armazenamento de produtos da lavoura.

Para que as famílias possam fazer todas as suas obrigações inerentes ao programa com maior segurança, é efetuado um processo de capacitação que abrange as orientações básicas. “No caso de dúvidas, as famílias podem procurar o STR e a EMATER que darão aos agricultores orientações necessárias em visita a moradia, afirma o Presidente do STR (ENTREVISTA, 08/12/2010).

5.2.4 Etapas de Organização dos projetos de habitação

O Projeto técnico social Caprichando a Morada segue uma metodologia dividida em etapas para garantir a participação dos beneficiários e mediadores.

A EMATER/RS-ASCAR, através de um termo de cooperação e parceria auxilia na execução e implantação dos projetos. As ações consistem na formação de grupos, de até 15 famílias, onde ocorre o processo de capacitação. A produção de materiais de apoio é realizada pela assessoria da COOPERHAF.

Na primeira etapa, momento da assinatura dos contratos, os mediadores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cresol e COOPERHAF abordam os princípios básicos do Programa de Habitação, explanando sobre os critérios de enquadramento, as conquistas do programa, o papel da COOPERHAF, da FETRAFSUL e do STR. Informam as famílias sobre a origem e finalidade dos recursos, a dinâmica de elaboração dos projetos, execução e fiscalização das obras.

Na segunda etapa, participam as famílias beneficiadas e pedreiros. São desenvolvidas dinâmicas de grupo para integração. Após esse primeiro momento, são abordados os seguintes temas: princípios básicos de engenharia, relações humanas, auto-estima, cooperativismo, sindicalismo e cidadania.

Na terceira etapa, é trabalhada a organização da casa e da propriedade na agricultura familiar, onde é focado o ambiente e o entorno da casa, segurança alimentar e produção para o autoconsumo, instalações hidrossanitárias, saneamento básico e instalações auxiliares.

Na quarta etapa, são abordados aspectos referentes ao projeto produtivo e viabilidade econômica da propriedade familiar. Buscando a compreensão por parte dos beneficiários sobre o diagnóstico da propriedade, perfil local e regional, organização e diversificação da produção e canais de comercialização. Nessa etapa, acontece a preparação para o dia de campo.

O caráter cada vez mais grupal e coletivo dessas estratégias, gerando uma apropriação de novos conhecimentos e discutindo especificidades do espaço rural para seu uso, permite aos agricultores buscar nova compreensão sobre o rural e também conquistar espaços nas relações com o urbano.

Essa perspectiva valoriza as iniciativas endógenas, uma vez que o processo de discussão é local. Entretanto, não se perdem de vista as relações com o conjunto da população e a compreensão de espaço rural para além das atividades primárias. Ou seja, além de um espaço produtivo de matéria-prima, também um espaço de produção de bens e serviços e consumidor de bens e serviços gerados no espaço urbano.

Na figura (8), registra-se uma das etapas do projeto social, com a participação da EMATER, trabalhando assuntos referentes a manejo de solo e ciclagem de nutrientes. Esse processo é participativo uma vez que os agricultores falam das suas experiências e também, de forma coletiva, fazem um desenho do sistema de produção a desenvolver na propriedade, prevendo o volume de recursos necessários para tanto.

Convém ressaltar que todas as etapas do projeto social serão observadas na propriedade onde será desenvolvida a tarde de campo, momento de culminância do projeto.

Capacitação dos beneficiários em gestão da propriedade (2006)

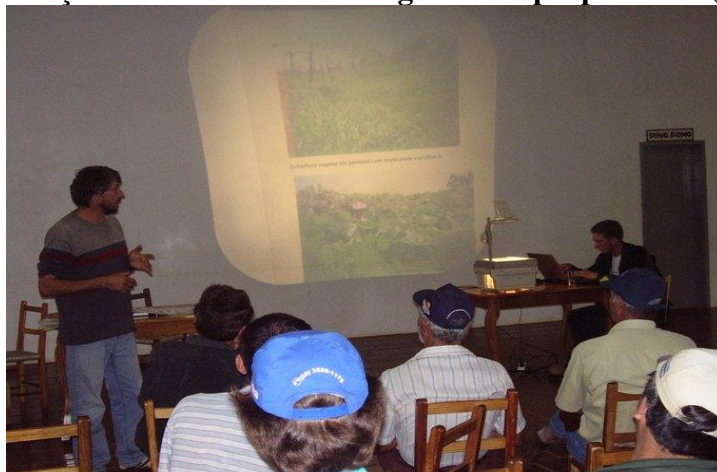


FIGURA 6 - CAPACITAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS EM GESTÃO DA PROPRIEDADE (EMATER CAMPO NOVO, 2006)

No dia de campo, todos os beneficiários participam de uma ação em uma das propriedades beneficiadas pelo Programa de Habitação onde são realizadas estações tratando os seguintes temas: cooperativismo e associativismo, saneamento básico e ambiental, os programas de crédito e sua importância para o desenvolvimento rural, atividades de geração de renda e produção para o autoconsumo, gestão da propriedade. Em Campo Novo, a sistemática do dia de Campo é organizada em estações onde as instituições parceiras, EMATER/RS, Bancos, e mediadores, COOPERHAF E STR, participam com uma temática afim, conforme ilustração abaixo.



FIGURA 7 - TARDE DE CAMPO “CAPRICHANDO DA MORADA – FAMLIA WELTER (EMATER



FIGURA 8 - TARDE DE CAMPO – FAMILIA DRESCH (EMATER CAMPO NOVO, 2009)

5.3 O OLHAR DOS AGRICULTORES EM RELAÇÃO AO PROGRAMA DE HABITAÇÃO RURAL

5.3.1 A comunicação e a discussão na família acerca do Programa de habitação rural.

A resposta dos três agricultores entrevistados deixa clara a importância do Sindicato dos trabalhadores rurais como agente mediador do processo. Pois todos enfatizaram que a informações mais detalhada veio a partir do STR. “Assisti no Jornal Nacional sobre o Programa e depois escutei no Programa do Sindicato. Então fui lá conferir” inferiu S. Cavaleiro (ENTREVISTA 11/2010).

O Senhor Pedro Farias, relata que: “já fazia um bom tempo que pensávamos em fazer melhorias na nossa casa. Mas sempre com dificuldades financeiras. “Assim que soubemos do programa de habitação. Avaliamos as condições de pagamento, sendo o subsídio um atrativo bem importante para aderirmos ao projeto” (ENTREVISTA, 12/2010).

O beneficiário do Programa “Minha Casa Minha Vida”, inferiu que essa era a oportunidade que faltava para concretizar o sonho da casa própria. Ao constituírem família, conseguiram espaço junto à propriedade do pai do noivo, herdaram uma gleba de terra, onde agora estão se estruturando na atividade de leite (ENTREVISTA 11/2010). “Assim o espaço onde os pais viveram constitui a base territorial da nova família que se constitui” (NORDER, org. SCHENEIDER, 2009, p.60).

5.3.2 A execução do programa na propriedade e os contribuintes para por a idéia em prática.

Nessa seção, pretendemos compreender os motivos que levaram as famílias entrevistadas a buscarem os recursos para promover melhorias nas suas residências. Quais as motivações iniciais. A seguir o relato da Senhora Ivone Knop sobre essa questão:

“Inicialmente a idéia de construir uma casa nova era para que nossa única filha, recém casada permanecesse junto a nós, na propriedade. Mas ela foi mesmo assim, a gente tem que respeitar. O Marido dela, é vendedor. Ela quis acompanhar ele”, indo em busca de trabalho e acompanhando o marido (ENTREVISTA, DEZ/2010).

Conforme relato da entrevistada, o principal objetivo de construir a casa nova está diretamente relacionado à permanência da única filha junto ao casal. Como a filha optou por sair, acompanhando o marido, que afirma obter maior salário com as vendas do que ganhando uma porcentagem na atividade de leite desenvolvida junto à família da esposa. Então, a casa nova construída passou ser ocupada pelos donos da propriedade. Já a antiga casa, de madeira

e precisando de reformas, passou a ser ocupada por empregados que auxiliam na atividade leiteira. Entretanto, a entrevistada deixou transparecer o desejo de que a filha volte a residir na propriedade, mesmo que o novo casal não se dedique à agricultura, “o que queremos muito é ter nossa única filha por perto, já que o nosso filho faleceu acidentalmente ainda muito jovem, com 14 anos” (ENTREVISTA, DEZ/2010).

Nas falas dos entrevistados, ficou evidente que para por em prática a idéia, foi de grande importância a conversa na família, as informações do Sindicato, as orientações da COOPERHAF, tudo contribuiu. “Os encontros entre todos os beneficiários foram importantes porque além de aprendermos coisas importantes para fazer uma construção adequada”. “Também organizamos com o intermédio do STR, a compra de materiais de construção em grupos, “com isso barganhamos melhores condições de pagamento e qualidade do material” (DEZEMBRO, 2010). As falas registradas acima denotam o grau de formação sindical do entrevistado que também é coordenador do grupo de venda coletiva do leite na sua comunidade.

5.3.3 As dificuldades iniciais para acessar o Programa de Habitação e as mudanças que essa política pública trouxe para a propriedade.

A partir das falas dos entrevistados cita-se como dificuldades para acessar o Programa de Habitação, a necessidade de grande disponibilidade de tempo para encaminhar a documentação necessária. Foram várias viagens até a sede do município. Teve casos de outros agricultores cujo enquadramento não foi possível por não estarem com os documentos da terra em dia. “A gente percebeu a importância de tudo estar atualizado” (ENTREVISTA, 12/2010).

“Em primeiro lugar, citamos a grande mobilização que o projeto gerou. No início era uma bagunça. Tivemos que improvisar nossa casa no Galpão até que a casa nova fique pronta (ENTREVISTA 11/2010)”.

“Mas enquanto a casa vai sendo construída, já vamos providenciando o jardim, o pomar, conforme é exigido no projeto” (ENTREVISTA 11/2010).

Com a casa nova, nós esperávamos que nosso filho permanecesse perto de nós, mas como temos pouca área não sendo suficiente para gerar renda, igual ele foi trabalhar

de capataz numa granja. Mas volta seguido nos visitar e sempre fala que quando se aposentar vai vir morar na casa nova que construímos (ENTREVISTA, DEZ/2010).

Não podemos deixar de mencionar a alegria das famílias, ao falar sobre o projeto. Nesse caso específico citamos a família Farias, em cuja propriedade foi realizada a primeira tarde de Campo “Caprichando a Morada” (FIGURA 09; 10; p. 66). Desta participaram, também, beneficiários do município vizinho de Braga e “até gente de São Martinho veio ver como funcionava o programa para depois realizar as atividades lá” a Senhora Farias (DEZEMBRO/2010). O entrevistado, anfitrião da tarde de Campo “Caprichando a Morada” nos contou como foi organizado o encontro, do qual participou o poder público municipal, a EMATER do município, o Sindicato, a COOPERHAF e também estiveram participando agricultores que estavam organizando a documentação para também usufruir dos recursos do Programa de Habitação, agora também acessível às populações rurais.

“O método “dia de campo”, faz parte das estratégias de difusão do projeto “Caprichando a Morada”, sendo também um momento de integração entre as famílias que acessaram o recurso para efetuar seus projetos de reforma ou construção de casa nova. Em Campo Novo, o método foi chamado de tarde de campo tendo em vista que as ações foram desenvolvidas à tarde.

Nas tardes de campo, são realizadas estações envolvendo saneamento, produção de alimentos, relações familiares, cooperativismo e sindicalismo. E no encerramento das atividades ocorre a degustação dos alimentos elaborados pelas famílias participantes do encontro. Nesse momento acontece a troca de receitas, aproximação entre todos os presentes, pois nessa etapa todos estão juntos, isto é, os grupos formados para executar as demais estações se encontram nesse momento.



FIGURA 9 - TARDE DE CAMPO “CAPRICHANDO A MORADA” (EMATER CAMPO NOVO, 2006)



FIGURA 10 - TARDE DE CAMPO CAPRICHANDO A MORADA (EMATER CAMPO NOVO, 2006)

Observando-se a expressão de felicidade nas fisionomias das pessoas (FIGURA 10, p. 66) percebe-se o entrosamento e as interações decorrentes do processo de construção e execução dos projetos de habitação, que possibilitaram apreender os condicionantes das ações inovadoras. É nesse contexto que se solidificam projetos de interações e entre os agricultores, agentes ativos durante o desenvolvimento do projeto de habitação rural.

Conforme relatos dos entrevistados, foram várias as dificuldades, desde a documentação atualizada da terra até a aquisição do material. A seguir explanamos as dificuldades citadas por todos os entrevistados.

Além de providenciar a documentação (certidão atualizada da área, DAP, documentos pessoas, nota com os materiais), a questão da mão-de-obra também foi um problema, pois como são vários projetos sendo executados, havia pouca mão-de-obra disponível e, além

disso, o preço do serviço subiu um pouco. Outra dificuldade, conforme relatos dos entrevistados, refere-se a construção da fossa séptica, antes todos tinham poço negro. Porém, a exigência do projeto é que seja feito um sistema com fossa séptica. Os pedreiros também tinham pouco conhecimento sobre isso. Nesse aspecto, coube a EMATER do município prestar orientações.

5.3.4 Os apoios que foram estabelecidos para a viabilização do projeto e a avaliação dos membros da família a respeito do Programa de Habitação Rural.

Nessa seção pretende-se explicitar o processo de intersetorialidade que se desencadeou com os Projetos de Habitação Rural em Campo Novo. Pelas falas dos entrevistados pode-se inferir que, de fato, ocorreu a mobilização de diversos setores, tanto instituições públicas quanto privadas se envolveram na execução dos projetos.

A prefeitura, que ajudou na terraplanagem; a EMATER que auxiliou na orientação e fornecimento da DAP em tempo hábil; o Sindicato que ajudou desde o início, na organização da documentação e aquisição de materiais e a COOPERHAF que elaborou o projeto, e acompanhou a obra através da equipe técnica. A Caixa econômica e demais agentes financeiros que foram resolutivos, conforme relatos dos entrevistados. As lojas de materiais de construção no fornecimento do material atendendo os prazos e os padrões de qualidade. “O grupo todo, cada um ajudava o outro, desde uma informação e também até ajuda no trabalho os vizinhos se propuseram” (ENTREVISTA- STR, 08/12/2010).

A partir de falas dos entrevistados podemos concluir que a política de habitação também gera impactos na formação de uma teia de relações de reciprocidade, uma vez que solidifica um conjunto de relações institucionais e interpessoais durante a execução do projeto. “São vizinhos, familiares focados numa perspectiva de satisfazer interesses no grupo familiar e individual” (RADOMSKY apud SCHNEIDER 2009, p. 116).

O agricultor tem o ímpeto de ajudar o seu vizinho, sobretudo se os exemplos forem percebidos por mais pessoas. O que é feito nesse projeto de habitação, é realizar as atividades mobilizando os membros do grupo local ou da comunidade. Conforme versa Sabourin (apud SCHNEIDER, 2009, p. 224) “essa forma de articulação produz amizade e confiança entre os membros que participam. Sendo assim, aqueles que não comparecem nas atividades grupais

perdem prestígio e honra”. Portanto, o papel do Estado e da ação pública nesse programa de habitação facilita a cooperação e a propagação da idéias

O programa Caprichando a Morada tem a função de ligar o local e o rural com o urbano, o nacional e o global. Os encontros realizados entre os beneficiários, com os mediadores e equipe técnica são espaços importantes de atualização acerca das novidades, das tecnologias e das estratégias.

A partir dos relatos, é possível afirmar que o Programa de Habitação Rural trouxe novas expectativas em relação ao local onde as famílias para construam seus projetos de vida. Essa impressão é explanada a seguir através das falas das famílias entrevistadas:

Antes desse programa, nós agricultores não tínhamos oportunidade de melhorar nossa casa, com recursos e financiamentos a juro barato, já o pessoal da cidade sempre teve mais acesso. Então para nós agricultores que moramos e no meio rural, esse programa representou a realização de um sonho. Tornar o local onde a gente, vive e trabalha mais bonito, mas confortável. Nos sentimos valorizados (ENTREVISTA, DEZ/2010).

A partir das inferências dos entrevistados podemos inferir que o desejo de melhoras nas estruturas, por si só, não seria suficiente se não houvesse recursos a ser investidos nesse sonho. A habitação, o espaço das famílias rurais nas suas projeções de melhoras tornou-se possível, entre outros fatores, devido ao aporte de recursos disponibilizados pela Política Pública “Habitação Rural”. O capital econômico possibilitou as melhorias que foram realizadas através do interconhecimento e ajudas.

A família continua a ser protagonista dos processos sociais. Estão resguardados vínculos afetivos, o patrimônio e o conhecimento (saber-fazer) que subsidia as estratégias, agora renovada em função das transformações históricas no ambiente social (RADOMSKY, apud SCHNEIDER, 2009, p.133).

5.4 PERSPECTIVAS DE SUCESSÃO NA PROPRIEDADE FAMILIAR

Nesse espaço nos propomos a analisar as perspectivas de sucessão na Unidade Familiar de Produção a partir das falas dos entrevistados. Primeiramente, convém ressaltar que em propriedades com pouca renda e baixa remuneração da mão-de-obra, é comum que os filhos não sucessores procurem uma alternativa profissional fora do estabelecimento familiar.

Assim sendo, é próprio desta forma de produção e de vida gerar trabalhadores para o setor agrícola ou para outras atividades não agrícolas, o que não configura nenhuma crise em sua reprodução.

Ainda nessa seção, pretende-se discutir os possíveis efeitos das melhorias na moradia sobre a qualidade de vida das famílias que acessaram o programa de habitação rural. Nesse sentido, procurou-se analisar as condições de materialidade, de vivência e a maneira como as pessoas interpretam e se relacionam com as condições objetivas de melhorias materiais. Que vão desde a satisfação das expectativas e suas representações sobre o acesso a bens e equipamentos (telefone, máquina de lavar, internet, etc.).

Dentre as perspectivas para a propriedade, ambas as famílias entrevistadas falaram do desejo de que os filhos permaneçam e preservem o patrimônio lá construído. Pois o conforto está melhor, não mais precisa morar na cidade para ter acesso aos serviços e bens socialmente construídos (internet, coleta de lixo, casa boa, entre outros). Ainda com uma grande vantagem em relação à cidade que é o sossego e a proximidade com a natureza. É claro que muito é preciso avançar para melhorar as condições de trabalho, com o uso de tecnologias que diminuam as dificuldades do trabalho, principalmente falando na atividade leiteira, inserida em duas das propriedades entrevistadas. Na outra, a família se dedica ao cultivo de hortaliças e cereais que são comercializados diretamente ao consumidor e na Alimentação Escolar.

E outras percepções que estão no campo da satisfação com o meio rural, como *lócus*, base territorial e suas expectativas em relação à atividade agrícola. Com relação a essa questão, os agricultores entrevistados afirmaram que o meio rural melhorou desde a época de seus pais. Portanto, as expectativas é que haja continuidade dos projetos para a propriedade e que os filhos permaneçam e conservem o patrimônio que já faz parte da história da família.

A análise das representações deve concentrar-se nos processos de comunicação que não somente as engedram, mas que também lhes conferem uma estrutura peculiar. Esses processos, eu acredito, são processos de mediação social. (...) assim são as mediações sociais, em suas mais variadas formas, que geram as representações sociais. Por isso elas são sociais, tanto na sua gênese, quanto na sua forma de ser. Elas não teriam qualquer utilidade em um mundo de indivíduos isolados, ou melhor, elas não existiriam. As representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade que, embora pertença a todos transcende a cada um individualmente. Nesse sentido elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além da sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 81 apud ALLES, 2005, p. 44).

5.5 EFEITOS DAS MELHORIAS NA HABITAÇÃO NA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS RURAIS

Nessa seção, pretende-se discutir o conceito de desenvolvimento rural à luz das concepções dos entrevistados. Então, o que se obteve de respostas acerca do programa de habitação e sua relação com o desenvolvimento rural está explícito a seguir:

“Com a casa melhor a gente tem mais ânimo para trabalhar”.

“A gente tem projetos de ampliar a residência, então foi um grande começo”

“Os parentes e amigos tem elogiado muito e quem chega em nossa casa diz que aqui é um bom lugar pra se viver”.

“Junto com a casa nova veio também as melhorias na produção e a horta ficou maior. Os filhos vem nos visitar e encontram de tudo um pouco”.

“Agora a casa já está ótima, só falta reformar o galpão, as sala de ordenha e comprar um resfriador a granel para o leite. Mas tudo isso a gente já está planejando e logo logo a gente vai fazer”.

Pelas falas é possível afirmar que as famílias compreendem o desenvolvimento rural como a melhora do conjunto da propriedade. Compreendendo o rural para além da produção para o mercado. Sendo visto, também, o rural como um espaço de relações, um modo de vida.

As melhorias na habitação geraram motivações culturais e sociais para a manutenção da atividade agrícola, através da manutenção da identidade de agricultor e do patrimônio familiar. Está implícita nas falas a preservação do meio ambiente e da paisagem e também a produção de alimentos para a própria família.

Conforme versa Wanderley (2009) o acesso a bens e serviços constitui-se um fator importante da participação da população rural nos resultados do progresso social construído pela sociedade e expressa o princípio da igualdade de chances a todos os cidadãos, afirmado na Constituição.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, Constituição Federal, 1988, apud WANDERLEY, 2009 p. 90).

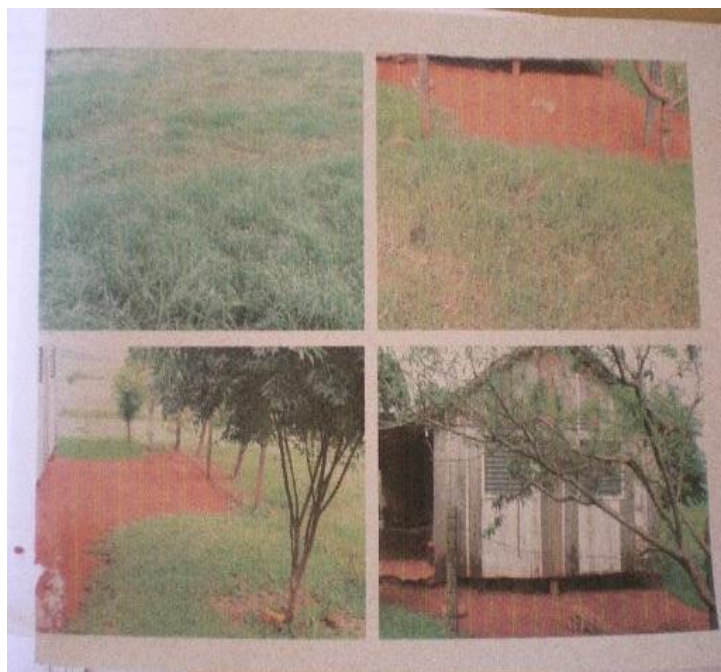


FIGURA 11 - “CASA VELHA” – SÉRGIO E SILVANA CAVALHEIRO (STR, 2010)



FIGURA 12 - CASA NOVA EM CONSTRUÇÃO (DADOS DE CAMPO, 2010)

5.6 SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO À ATIVIDADE AGRÍCOLA

Na abordagem de Sabourin (apud SCHENEIDER, 2009, p. 237) o desenvolvimento rural além do espaço da produção, “pressupõe valores humanos denotando a necessidade de

produzir, relacionar. Daí a importância de ampliar os serviços às pessoas (saúde, assistência previdenciária, educação, habitação), os serviços culturais artísticos e religiosos”.

A seguir, nos propomos a expressar a percepção dos entrevistados tendo o rural como espaço de vida e trabalho. Dessa forma, transcrevemos, a seguir, algumas falas dos agricultores entrevistados.

“Olha pra gente que não estudou a agricultura é a saída. Mas hoje eu penso também que nós temos uma grande importância na produção de alimentos para o pessoal da cidade. A gente discutiu sobre essa questão nos encontros com o Sindicato” (ENTREVISTA, DEZ/2010).

“Para os jovens, nossos filhos, às vezes eles pensam em trabalhar na agricultura, na verdade nossa atividade é bem rentável. Temos uma boa produção de leite. Acho até que nossa filha ganharia mais trabalhando aqui do que lá na cidade de empregada. Porém ela acha que é uma tarefa muito pesada e sem descanso no final de semana. Nesse ponto a gente fica sem resposta” (ENTREVISTA, DEZ/2010.).

“Já estou aposentado, mas enquanto tiver força vou ir trabalhando e ganhando uns trocos com a venda de alimentos (feijão, mandioca, milho verde, hortaliças). E quando sentir que não dá mais vou diminuir. Mas aqui é o nosso lugar” (ENTREVISTA, DEZ/2010).

A multiplicação das iniciativas locais e o investimento público no meio rural e urbano potencializam o desenvolvimento. Uma vez que “ampliam as redes de comunicação constituía articulação negociada entre a ação pública do Estado e a ação coletiva e familiar dos agricultores mediados pelas organizações de classe” (SABOURIN, apud SCHENEIDER, 2009, p. 232).

Em suas bases, o sistema rural transcende a perspectiva meramente econômica, compõem a preocupação com o bem estar do outro numa estratégia de continuidade para as gerações futuras. Essa percepção está presente nas falas dos agricultores entrevistados.

Cabe ao Estado, através de política direcionada, garantir acesso a tecnologias de produção que reduzam as dificuldades de trabalho no meio rural para superar o paradoxo de que o trabalho na atividade agropecuária é para àqueles que não tiveram acesso ao estudo e, por isso, resta-lhes o trabalho pesado na agricultura. Conforme mencionado pelos entrevistados, o trabalho nas atividades agropecuárias é por eles considerado pesado. Segundo VEIGA (2004, apud ALBERTI, 2005, p.7), é possível mudar, “existem diversas alternativas para pensar a viabilidade do rural como espaço de vivência e espaço de geração de renda para as pessoas que lá vivem e interagem”.

São bem diversas as combinações entre os vários tipos de atividade econômica que permitem elevar os níveis de renda, educação e saúde de muitas populações que continuam rurais. As novas fontes de crescimento das áreas rurais estão principalmente ligadas a peculiaridades dos patrimônios natural e cultural, o que só reafirma o contraste entre os contextos ambientais dos espaços urbanos e rurais. Enfim, a visão de uma inelutável marcha para a urbanização como única via de desenvolvimento só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram. Não faz sentido, portanto, amalgamar desenvolvimento e urbanização (VEIGA, 2004, apud ALBERTI, 2005, p. 8).

Aos poucos essa estigmatização vem sendo superada e o distanciamento entre o rural e o urbano vem sendo encurtado no que se refere a acesso a bens públicos e serviços sociais. A Constituição Federal de 1988, no seu viés democrático e descentralizador, possibilitou a consolidação dos movimentos sociais resultante da redemocratização do país a partir da segunda metade da década de 1980.

Outros aspectos de diversas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, sob um enfoque territorial e para a melhoria das condições de vida da população do campo foram também ampliados a partir do final da década de 1980. De todos eles, uma consequência parece evidente, a que reforça as identidades dos grupos sociais rurais ditos “subalternos”, amplia seu campo de ação coletiva, favorece o seu protagonismo e a capacidade de formular suas demandas. Nesse aspecto Wanderley (2009), citando o sentimento expresso por Octávio Guilherme Velho (2006) em entrevista à revista Carta Capital, diz que:

As pessoas que se sentiam ameaçadas estão se sentindo mais seguras. Os problemas delas persistem. Elas sentem, entretanto, que há mais possibilidades de resistência. Ou, como elas dizem, de reexistência. (...) Não há mais pessoas isoladas e desinformadas. (...) “Os grotões não existem mais. A nossa elite continua a não respeitar as formas de conhecimento da população, das camadas populares, que têm capacidade de se dar conta dos seus interesses concretos” (p. 81).

O meio rural é um espaço de vida, que não é algo a ser superado pela urbanização, onde os laços de proximidade e o forte grau de integração são predominantes. Assim, além das condições individuais dos habitantes desse espaço, é preponderante que se mantenha em condições boas valorizando o conjunto dos elementos que são inerentes ao rural.

Para tanto, é necessário pensar o rural para além do espaço agrícola de produção, espalho residencial, de consumo, de vivência e de geração de renda. Nesse aspecto reiteramos

a importância de políticas públicas para valorizar esse espaço, tais como, o Programa de Habitação entre outros programas de caráter local.

6 CONCLUSÃO

Já está mais que provada a importância social da agricultura familiar tanto como produtora de alimentos para o abastecimento interno, como categoria social que tem seu próprio modo de ser.

A agricultura familiar conseguiu se afirmar em setores extremamente modernos: na produção de aves, suínos, fumo, produtos ligados a mercados internacionais. De maneira geral, no Brasil, esse segmento responde por cerca de um terço do valor da produção de toda a agricultura, conforme já mencionado anteriormente neste trabalho.

Nesse prisma, cabe ao Estado, através de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, “proporcionar melhorias na renda das famílias e no espaço rural de modo a tornar mais atrativas as áreas rurais de conter a migração, gerando oportunidades de ocupação e trabalho no meio rural” (SCHENEIDER; CONTERATO, 2006, p. 5). O desenvolvimento rural deve combinar aspectos econômicos, isto é, aumento do nível e estabilidade da renda familiar, a obtenção de um nível de vida socialmente aceitável, com melhorias nos aspectos sociais como habitação, educação, cultura, só pra citar alguns. E em se tratando da agricultura familiar, a diversificação de atividades é fundamental para a permanência no meio rural. Aliado a isso a pluriatividade que passa a ser uma presença marcante entre as unidades de produção familiares.

Nessa perspectiva de apreender o rural como um espaço multifuncional, como uma base territorial e espaço de vida onde interagem atores sociais pluriativos e não, exclusivamente, da produção de bens e serviços, fundamenta-se, portanto, na valorização do espaço rural e da agricultura em sua multifuncionalidade.

Abramovay (2000, p. 9) afirma que cada vez fica mais evidente a necessidade de se buscar um equilíbrio entre “as funções produtivas clássicas do campo que entretêm o mundo rural em sua lógica de oferta e das novas funções dos espaços rurais (residenciais, recreativas e ambientais etc.) que contribuem para transformá-los em espaços que se vem consumir”.

A visão de rural aqui apresentada sustenta, portanto, a perspectiva de um território com atividades diversas (entre elas a agricultura), com atores sociais diversos, e que se contrapõe a uma visão desse rural com viés urbano. O rural não é percebido como inferior ou complementar ao urbano, mas como um espaço onde limites e potencialidades são analisados e propostos a partir de objetivos locais, ainda que pensados em suas limitações mais amplas.

A partir dessa noção, é possível inferir que os parâmetros e ações do desenvolvimento devem ser pautados no reconhecimento do local e dos atores locais. Para tornar mais consistente essa assertiva, ressalta-se que ruralidade não é sinônimo de atraso, tanto quanto urbanização não necessariamente, corresponde a um próspero desenvolvimento. São vários fatores e indicadores que devem ser analisados para mensurar o grau de desenvolvimento, compreendendo as relações intrínsecas dentro de um espaço.

É preciso reavaliar a ideologia modernizadora a longo prazo, construindo cenários para redesenhar a agricultura pra além da reprodução de capitais. Compreender a multiplicidade que compõe o rural, tendo presente as diversas possibilidades de produção.

Nessa perspectiva, cabe um debate nos fóruns onde se discute as políticas públicas, tais como: conselhos de desenvolvimento, associações de prefeitos e legislativos. Avaliando o papel do Estado como regulador e promotor de políticas de redistribuição de renda em prol de um desenvolvimento com equidade. Percebe-se a prevalência do capital nos processos decisórios em se tratando dos rumos da modernização, sendo que o Estado quando o tem decidido, o tem feito a favor desse capital. O resultado foi um processo de empobrecimento de boa parte da agricultura familiar, com a acentuação da desigualdade na estrutura fundiária e aumento da pobreza rural e urbana.

As ações específicas para áreas menos favorecidas também são tendências na definição de políticas. Atualmente, os territórios rurais e os programas específicos para assentamentos de reforma agrária, tentam fomentar o desenvolvimento com as ações conjuntas dos órgãos estatais nessas áreas.

Os esforços no aperfeiçoamento dos instrumentos de política pública, e seu uso têm ao seu lado uma dimensão política na escolha da alocação dos recursos. Essa dimensão se equilibra na medida em que à correlação de força dos grupos de interesses no meio rural vão se desenhando e as prioridades do tipo de sociedade que se quer vão sendo definidas.

A multiplicidade de realidades do meio rural brasileiro e a existência de dois ministérios, O MAPA e o MDA, que tratam das questões agrícolas e agrárias muitas vezes divergentes na visão dos grupos de interesses, e o alinhamento da economia agrícola com os mercados externos, dão-nos uma idéia da complexidade que é lidar com a definição de políticas para o desenvolvimento rural.

É claro que, embora haja laços comuns da ruralidade, este é um espaço biodiverso. “Nesse *locus*, cada sistema de produção socialmente construído tem suas peculiaridades, cabendo à pesquisa a missão e a conduta de captar esta diversidade voltada para a dimensão

espacial do desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 2003, apud KAGEYAMA, org. SCHENEIDER, 2009. p. 251).

A oportunidade de acesso a bens e serviços socialmente construídos ao meio rural, traduz em processos de melhorias “no espaço de vida das famílias rurais, com seu local de moradia, de geração de renda e convívio comunitário” (WANDERLEY, 2009, p.75).

Nesse prisma, processos de melhorias nas infraestruturas rurais, além de reduzir a relação assimétrica que favorece o urbano, geram uma revalorização do rural, tanto por quem lá reside, quanto pelos demais setores da sociedade que estreitam as relações mediadas por políticas que promovem as melhorias como o programa de habitação, tema desenvolvido nesse trabalho que, aliado a outras ações que vem sendo desenvolvidas conduzem a um “espraiamento dos efeitos das políticas públicas para o conjunto da sociedade” (WANDERLEY, 2009, p. 75).

Na participação das populações locais, reside uma das questões fundamentais das políticas públicas hoje no Brasil. Programas de moradia rural, recuperação de salões comunitários, construção de espaços de lazer e implantação reforma da agrária são fundamentais para o desenvolvimento as áreas rurais.

As políticas visando a extensão de serviços ditos urbanos básicos como água potável, energia elétrica, saúde e educação e a criação e melhoria das infraestruturas de transporte e comunicação, aliado as políticas de geração de renda e ocupações agrícolas e não agrícolas que visem estimular o uso dos espaços rurais para turismo, moradia e preservação ambiental. São balizadoras de um novo olhar sobre o rural.

No que tange ao espaço da pesquisa, o município de Campo Novo, no Corede Celeiro, um dos grandes gargalos para o desenvolvimento regional, é superar a hegemonia de grupos que representam grande capital para então inserir a nossa agricultura familiar no mercado. Nesse ponto, cabe ressaltar a importância do papel do Estado, através de políticas públicas que valorizem a propriedade da agricultura familiar que, conforme dados oficiais (IBGE, 2006) é responsável pela maior parte da produção de alimentos do país.

A nível nacional e regional, podemos afirmar que dentre as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, atualmente, está a limitação no uso de tecnologias e maior influência na cadeia produtiva. Para superar essa limitação os fóruns regionais, através dos Conselhos de Desenvolvimento e Associação dos Municípios da Região Celeiro (AMUCELEIRO) podem discutir estratégias de forma articulada entre os diversos setores produtivos e municípios. Ressalta-se, nesse ponto, a importância das Universidades, organizações públicas, privadas e

Extensão Rural Oficial (EMATER/RS), como mediadores no processo de discussão e articulação com as comunidades construindo diagnósticos e planos estratégicos com vistas à construção de um novo ciclo de desenvolvimento.

Vencer a precariedade social do campo é o primeiro desafio. Haja vista, que diferentemente dos países desenvolvidos, o Brasil, ainda precisa avançar muito para alcançar a paridade social. A unidade basilar para alcançar a paridade social passa pela garantia à população rural de um nível de renda socialmente aceitável, e por que não, comparável à obtido pelas populações das cidades.

Cumprir não perder de vista que o problema habitacional está intimamente ligado à questão do acesso a espaços adequados e as condições de trabalho e renda tanto no meio rural quanto no meio urbano. Portanto, não podendo ser compreendido sem uma visão conjunta, mas com o enfoque específico sob a luz do desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural, tendo como pano de fundo o desenvolvimento do País como um todo.

Processos que promovam a requalificação profissional necessária à população para sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços que vem surgindo são estratégicos para superar a pobreza rural e urbana. Não podemos negar a importância das políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria, estímulo aos jovens e agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças, bolsa família, entre outros.

Ao poder público cabe forjar processos visando fortalecer as estruturas locais, ir descentralizando as políticas do país, sem perder de vista o papel imprescindível do setor público como autor e articulador do planejamento territorial.

Enfim, o reconhecimento da importância dos agricultores, que são hoje os principais personagens do campo, assegurando que as políticas voltadas para a agricultura considerem a agricultura familiar como uma forma social adequada para responder às exigências da agricultura moderna. Um constante movimento que envolva os habitantes do meio rural em sua diversidade. Também devem participar desse processo de revalorização do rural as instituições e pessoas que sempre se ocuparam da agricultura e dos agricultores, o Governo, as Universidades, as ONGs, os movimentos sociais, integrando as forças colaboradoras para o desenvolvimento.

Convém ressaltar que projetos e programas de melhoria das condições de vida envolvendo habitação, saúde, saneamento, acesso à água potável, educação, infraestrutura de transporte, comunicação, eletrificação e lazer, por si só, já provocariam uma grande diversificação do emprego e renda no mundo rural.

Este trabalho, não tem a pretensão de ser conclusivo e nem poderia sê-lo, pois discutir o mundo rural nas suas relações com o urbano pressupõe várias questões que, certamente, não foram amplamente abordadas nesse estudo.

Em suma, o que realmente buscou-se, foi uma tentativa de fomentar o debate na busca de aprimoramentos para compreender e revalorizar o rural com sua inserção no conjunto do desenvolvimento socioeconômico e cultural a nível local e nacional.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 1992, 275 p.

_____. **Inter-Relações entre as Transformações demográficas e a Agenda Social**. Brasília, NEAD, 2000

_____. **O Futuro das Regiões Rurais**. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2003.

_____. “Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo”. In: **Inter-relações entre as transformações demográficas e agenda social**. São Paulo, Rio de Janeiro: FEA PROCAM/USP, 2000. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

_____. **Paradigmas do Capitalismo em Questão**. 3.edição - São Paulo: Edusp, 2007 (296 p.). Disponível em: <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso: 28 dez. 2010.

ALBERTI, Raquel Lorensini. **É possível pensar desenvolvimento da pequena produção agrícola na conjuntura atual a partir de políticas essencialmente agrícolas**. Área Temática 7 - Agricultura Familiar. In: XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/>>. Acesso: 15 nov. 2010.

ALLES, Jair Miguel. **Políticas Públicas, Conselhos Municipais e Agricultura Familiar: representações sobre o rural em Roca Sales/RS e a emergência da noção de**

multifuncionalidade da agricultura. Série PGDR, dissertação nº 51, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/6752>>. Acesso em: 10 out. 2010.

ALMEIDA, M. G. de. **Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo.** In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: a vida dos lugares e os lugares da vida.** Goiânia: Vieira, p. 47-74, 2008.

ATLAS SÓCIO ECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. **Coredes do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=850>>. Acesso: 28 dez. 2010.

ATLAS SÓCIO ECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL. **Coredes do Rio Grande do Sul.** Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/exibeImg.asp?img=850>>. Acesso: 28 dez. 2010.

ATLAS SOCIO ECONOMICO RIO GRANDE DO SUL. **Mapa do Corede Celeiro** <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/MAPAS_A4_Celeiro.pdf>. Acesso: 28 dez. 2010.

ATLAS SOCIO ECONOMICO RIO GRANDE DO SUL. **Mapa do Corede Celeiro.** Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br/uploads/MAPAS_A4_Celeiro.pdf>. Acesso: 28 dez. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso: 07 jan. 2011.

BONNALL, Philippe; CAZELLA, Ademir A. MALUF& Renato S. **Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques.** *Estud.soc.agric*, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 2008: 185-227.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Estudos Sociedade e Agricultura, número 11, outubro 1998, p.53-75. Disponível em: < <http://r1.ufrjr.br/esa/index.php?cA=db&aI=120&vT=da&vA=259>>. Acesso: 28 dez. 2010.

ESTEVAM, L. A. **A Agricultura tradicional em Goiás**. In: PEREIRA, A. A. (Org.). Agricultura de Goiás: análise e dinâmica. Goiânia: UCG, p. 737-746, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais”. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 27-39, 2006.

FETRAFSUL. **Caprichando a morada recebe reconhecimento em concurso internacional nos Emirados Árabes**. Imprensa Fetrafsul, 14/01/2009. Disponível em: <http://www.fetrafsul.org.br/>>. Acesso: 15 jan. 2009.

FREIRE, Gilberto. **Rurbanização: Que é?** Ed. Massangana, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982, 156 p. In. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. Disponível em: <http://www.nead.org.br/portal/nead/institucional/Textos_para_Discurs%c3%a3o>. Acesso: 28 dez. 2010.

GRISA, Catia; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **A "produção invisível" na agricultura familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural**. AGROALIMENTARIA. Vol. 16, Nº 31; julho-diciembre 2010 (65-79). Disponível em: < <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/788.pdf>>. Acesso: 22 jan. 2011.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&Itemid=155>. Acesso: 07 jan. 2011.

MENASCHE, Renata; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. In. IV Congresso de Estudos Rurais.** Aveiro, 4 a 6 fev. 2010. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/719.pdf>>. Acesso: 18 fev. 2011.

MENEGATI, R. A; HESPANHOL, R. Ap. M. **Nova ruralidade? Contribuições para a compreensão do espaço rural no município de Indiana/RS.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos>>. Acesso: 07 jan. 2011.

MIELITZ, C., MELO, L. **Políticas públicas agrárias e agrícolas e seus instrumentos. Políticas Públicas Agrárias e Agrícolas e seus Instrumentos.** 2009. Disponível em: <<https://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=7894>> Acesso: 10 abr. 2009.

MIELITZ, Carlos; MELO, Lenivaldo. **Desenvolvimento rural e a questão agrária após a redemocratização e atualmente.** Leitura síntese de José Graziano da Silva, José Eli da Veiga, Francisco Graziano Neto, João Pedro Stédile)., aula 2. Disponível em: <<https://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=7894>>. Acesso: abr. 2009.

MIELITZ, Carlos; MELO, Lenivaldo **DERAD012 Módulo II / AULA 2: Síntese da aula: Modernização da Agricultura.** Disponível em: <<https://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=7894>>. Acesso: abr. 2009.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Política Nacional de Habitação- PNH.** República Federativa do Brasil, 2004. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/politica-nacional-de-habitacao/>>. Acesso: 30 dez. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 15 dez. 2010.

NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. Disponível em: <http://www.nead.org.br/portal/nead/institucional/Textos_para_Discurs%C3%A3o>. Acesso: 28 dez. 2010.

REIS, Douglas Sathler. **O Rural e Urbano no Brasil.** In XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG (18 a 22 set.) . CEDEPLAR-UFMG. 2006. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_777.pdf. Acesso: 11 jan. 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial – contribuições ao debate.** Flávio Borges Botelho filho (org.). Brasília: Universidade de Brasília. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. Núcleos de Estudos Agrários. Ano V – n°17, Fev/2005. Disponível em: <http://curso.ihmc.us/rid=1188901167133_996607957_8434/LIVRO_FINAL.pdf#page=23>. Acesso: 06 dez.2010.

SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar.** 2. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, S. ; CONTERATO, Marcelo Antônio. **Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural: considerações a partir do Brasil.** In: Guillermo Neiman; Clara Craviotti. (Org.). Entre el Campo y la Ciudad - Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro. Buenos Aires: Ciccus, 2006. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/387.pdf>>. Acesso: 18 fev. 2011.

SCHNEIDER, Sergio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Revista de Economia Política, vol. 30, no 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010. Disponível em: < <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/773.pdf>>. Acesso: 18 fev. 2011.

SILVA, Juliane Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Agricultura familiar no brasil: características e estratégias da comunidade cruzeiro dos martúrios – município de catalão (go) familiar agriculture in brazil: characteristics and strategies of the cruzeiro dos martúrios community – city of catalão (go).** In.: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-28. Disponível em: http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_JM.pdf. Acesso: 15 fev. 2011.

SOARES, Adriano Campolina. **A multifuncionalidade da Agricultura.** Proposta n° 87, dezembro/fevereiro de 2000/2001:40-49. Disponível em: < <https://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=7894> > Acesso: abr. 2009.

TOLEDO, Eliziário Noé Boeira. **O Pronaf em Salvador das Missões: contradições de uma política de crédito.** Série PGDR, dissertação n° 103. Porto Alegre 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18809/000726429.pdf?sequence=1>>. Acesso: 11 nov.2010.

VEIGA, Jose Eli da. **A dimensão do Rural.** Seminário 04/2004. FEA-USP. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos/dimensao_rural.pdf>. Acesso: 18 nov. 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: O rural como espaço singular e ator coletivo..** In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 nov/2005. Recife, 2001.

Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso: 09 dez. 2010

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade**. Estud. Soc. Agri. Rio de Janeiro, vol, 17, n°1, p. 60-85, 2009.

Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200904-060-085.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2010.

WANDERLEY, M. N. B. “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. In; TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo:UPF, p. 21-55. 2001.

8 APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário aplicado aos agricultores.

- 1) Como ficaram sabendo do programa de habitação rural?
- 2) Como aconteceu na família a discussão sobre a iniciativa?
- 3) Quando e porque o programa começou a ser executado na propriedade?
- 4) Quem contribuiu para por em prática essa idéia?
- 5) Quais as dificuldades iniciais para acessar o programa?
- 6) Quais as mudanças que a reforma ou construção da casa nova trouxe para a propriedade?
- 7) Quais as dificuldades encontradas ao longo do projeto?
- 8) Quais os apoios que foram estabelecidos para a viabilização do projeto?
- 9) Qual a sua avaliação e dos membros da família a respeito do programa? Por que?
- 10) Quais as perspectivas futuras da propriedade?
- 11) Aquilo que a família planeja para a propriedade é semelhante ao planejamento do grupo de atores envolvidos, outras famílias que acessaram o recurso?
- 12) Em sua opinião, a iniciativa desse programa de melhorias nas moradias rurais dinamiza e promove o desenvolvimento rural? Por que?
- 13) O que o senhor e sua família pensa a respeito da agricultura familiar e do meio rural? Por quê?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais

- 1) Como sua entidade tomou conhecimento do programa de Habitação Rural?
- 2) Como buscou informações?
- 3) Como foi discutida a idéia com os agricultores?
- 4) Quais as dificuldades iniciais para colocar o programa em pratica?
- 5) O senhor acha que o programa de habitação surgiu por quê?
- 6) Quais são os maiores interessados no programa?
- 7) Qual o objetivo principal do programa de habitação rural?
- 8) O senhor diria que esse objetivo foi contemplado?
- 9) O senhor acha que esse programa deveria continuar?
- 10) Esse programa atenda as demandas dos agricultores?
- 11) Quando o programa iniciou ser operacionalizado em Campo Novo?
- 12) Quantos beneficiários têm em Campo Novo?
- 13) Ao longo da existência do programa como foi a evolução do número de famílias inseridas?
- 14) Houve famílias que desistiram do programa?
- 15) Essa iniciativa dinamiza o desenvolvimento rural e local? Por quê?
- 16) Em sua opinião, qual i impacto econômico, social e ambiental que o programa de habitação rural proporciona ao meio rural e local?
- 17) Em sua opinião quais as dificuldades atuais para que o programa de habitação se estabeleça?
- 18) Em sua opinião pode haver um alargamento dessa iniciativa? Como e quais as dificuldades?
- 19) Quais políticas públicas favorecem a amplitude do programa de habitação rural? Quais prejudicam?
- 20) Cite e comente alguns resultados obtidos:
- 21) O que pensa a sua entidade sobre o programa?
- 22) Quais as diretrizes que sua organização tem para atividade e o fortalecimento da agricultura familiar?
- 23) Quais políticas públicas seriam necessárias para ampliar essa iniciativa? Essa é a mesma opinião de sua organização? O que está sendo feito para concretizar essa opinião?